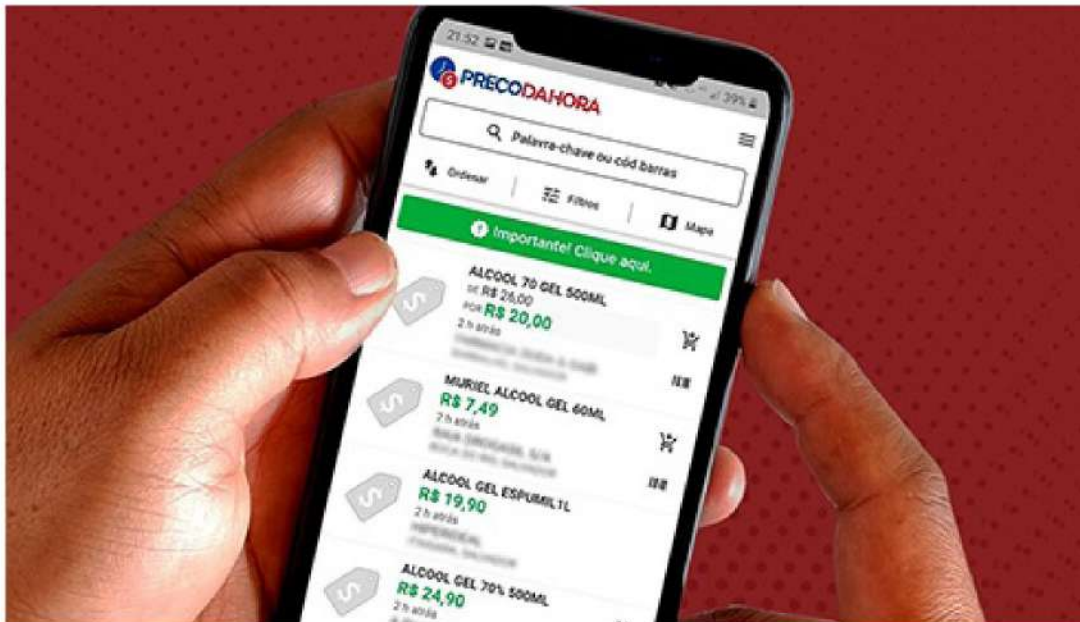




# Usuários do Preço da Hora Bahia crescem 50,4% desde junho

8 outubro 2020



Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348), Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.



O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site [precodahorabahia.ba.gov.br](http://precodahorabahia.ba.gov.br). Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

### **Economia para o usuário**

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia a dia”, observa.

Vitório ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, enfatiza: “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”. O app vem inclusive sendo apontado pelo Procon-Ba como uma alternativa eficaz para os consumidores diante da alta de alimentos que tem o arroz como o destaque do noticiário, mas atinge também itens como feijão, óleo de soja, carne e pão.

**Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**

---

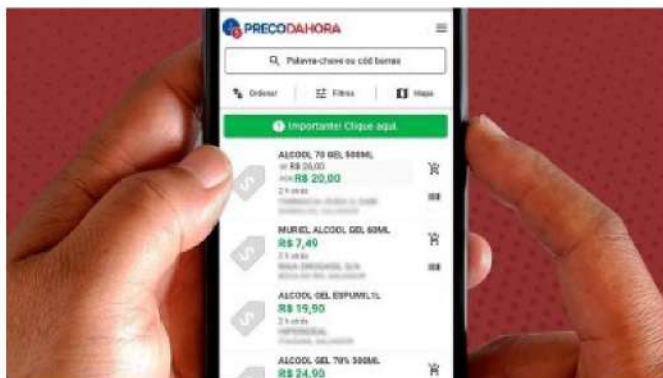
---



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/10/2020	Coluna: Economia



## ALTA NO VAREJO BAIANO FAZ CRESCER 50,4% BUSCA POR APP QUE PESQUISA PREÇOS



8 Outubro, 2020

Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348), Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.

O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site [precodahorabahia.ba.gov.br](http://precodahorabahia.ba.gov.br). Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Veículo: Site da Varela Notícias	
Data: 09/10/2020	Caderno: Política



09/10/20 às 08h52 - Atualizado em 09/10/20 às 08h52

## Deputada quer isenção de ICMS para aquisição de armas de fogo a atiradores e agentes de segurança

Depois de apresentado, o projeto de lei tem que passar por comissões temáticas da Assembleia Legislativa da Bahia



Foto: Divulgação / Alba

### Breno Cunha

*breno@varelanoticias.com.br*

A deputada estadual Talita Oliveira (PSL) apresentou projeto de lei para isentar ICMS da aquisição de armas de fogo e munições para agentes de segurança pública e militares das forças armadas.

Segundo o projeto da parlamentar, “caçadores, atiradores e colecionadores, conhecidos como CAC’s”, também terão isenção.

“Os militares da reserva e reformados, bem como os demais agentes elencados no ‘caput’, ainda que aposentados, gozarão da mesma prerrogativa”, diz o texto.

Na justificativa do projeto, Talita Oliveira argumenta que a “carga tributária excessiva atinge os Atiradores Esportivos e os profissionais de segurança pública no momento mais sensível, que é o momento da aquisição, onde por tratar-se de equipamentos de valor elevado”.

“Devemos considerar que a isenção de ICMS é um investimento, tanto no desenvolvimento do esporte quanto na segurança pública, aliás, essa renúncia deveria

ser apropriadamente lançada como investimento público no esporte e na segurança”, continua o texto.

Depois de apresentado, o projeto de lei tem que passar por comissões temáticas da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) e precisa ser aprovado em plenário por todos os deputados para virar lei.

# A TARDE

MARJORIE MOURA

A Bahia deve ter em 2020 a sétima maior produção de grãos do país, respondendo por 4,0% do total nacional e ultrapassando São Paulo (3,9%), segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), referente à nona estimativa para a safra baiana, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mato Grosso continua na liderança, com 28,9% do total, seguido por Paraná (16,1%), Rio Grande do Sul (10,6%), Goiás (10,3%), Mato Grosso do Sul (8%) e Minas Gerais (6,3%).

Com revisões no milho, soja e algodão, a estimativa para a safra baiana de grãos em 2020 é 20,3% maior que a de 2019, um novo recorde. Em setembro, a estimativa para o estado é produção de 9.967.395 toneladas de grãos neste ano, a maior da série histórica do acompanhamento de safra do IBGE, iniciado em 1972.

Um dos fatores do crescimento foi uma revisão para cima (+2,6%) em relação à estimativa de agosto, puxada pelo milho (2ª safra ou safrinha), que deve ter produção de 615 mil toneladas em 2020 (setembro), 122,8% maior que em 2019 (339 mil

**AGRICULTURA** Levantamento Sistemático da Produção Agrícola indica que o estado vai ocupar a sétima posição no ranking da safra nacional deste ano

## Bahia ultrapassa São Paulo em produção de grãos

toneladas a mais), e 28,1% maior (mais 135 mil toneladas) que a de agosto (que tinha sido de 480 mil toneladas). A previsão do milho se deu com o aumento do rendimento médio, porque a área plantada se manteve estável entre agosto e setembro (250 mil hectares).

Além disso, o algodão herbáceo (+45 mil toneladas ou +3,1%) e a soja (+92,5 mil toneladas ou +1,5%) apresentaram variações na previsão de safra 2020 entre agosto e setembro.

### Outros produtos

Assim como havia ocorrido em agosto, em setembro a previsão para 2020 é que 11 das 25 safras de produtos investigadas pelo LSPA na Bahia sejam maiores que as de 2019. As produções com previsão de maior crescimento



A alta da produção do milho é um dos motivos para o aumento da safra baiana

no estado, em termos absolutos, são as de cana-de-açúcar (+944 mil toneladas ou +22,4%), soja (+810.600 toneladas ou +15,3%) e milho 1ª safra (+434.600 toneladas ou +31,8%).

Por outro lado, banana (-190 mil toneladas ou -18,3%), feijão 1ª safra (-36,9 mil toneladas ou -21,4%) e tomate (-34,6 mil toneladas ou -12,5%) lideraram as quedas absolutas de produção.

Em relação à estimativa de agosto, houve aumentos na previsão de safra para o café arábica (+15 mil toneladas ou +15,0%) e o café canephora (+6 mil toneladas ou +5,0%).

Em nível nacional, a estimativa de setembro para a safra de grãos 2020 também é de recorde na série histórica do IBGE, chegando a 252 milhões de toneladas, 4,4% superior à de 2019 (que foi de 241,5 milhões de toneladas) e 0,1% maior (mais 296,1 mil toneladas) em relação ao estimado em agosto.

O LSPA é realizado mensalmente pelo IBGE. O grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos) engloba os seguintes produtos: arroz, milho, aveia, centeio, cevada, sorgo, trigo, triticale, amendoim, feijão, caroço de algodão, mamona, soja e girassol.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 08 de Outubro de 2020 - 22:40

## ***Economia Governo já renegociou R\$ 30 bilhões em dívidas este ano***



Até agosto, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já renegociou quase R\$ 30 bilhões em dívidas de empresas, nos termos da Lei do Contribuinte Legal (Lei 13.988/2020), que entrou em vigor em novembro do ano passado, a partir da regulamentação da Medida Provisória (MP) 899/2020.

A informação é do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, ao participar nesta quinta-feira (8) de uma live, promovida pelo Ministério da Economia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobre as oportunidades de regularização de dívidas e os projetos de retomada fiscal e econômica do país, segundo a Agência Brasil.

A lei regulamenta a transação tributária, prevista no Artigo 171 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), para beneficiar diferentes perfis de devedores, como optantes pelo Simples Nacional e titulares de operações de créditos rurais e fundiários, além das pessoas físicas e jurídicas em geral. O mecanismo, segundo Soriano, é uma alternativa fiscalmente mais justa à prática de parcelamentos especiais, os chamados Refis, que acabam desestimulando o pagamento de obrigações tributárias em dia.

"A gente vem fazendo propaganda da lei porque ela efetivamente é inovadora, porque traz condições muito mais favoráveis ao contribuinte do que as condições normais de negociação de uma dívida. Ela facilitou a necessidade de diálogo do setor público com setor privado", disse Soriano. "Temos o dever de cobrar e dar aplicação à lei de tributos e impostos porque servem para estruturar a sociedade, mas essa cobrança não pode levar ao sufocamento dessa mesma sociedade", completou.

De acordo com ele, desde que foi iniciada a possibilidade da transação tributária, a PGFN fez quase 80 mil acordos, envolvendo cerca de 300 mil débitos inscritos em dívida ativa da União, levando à negociação de quase R\$ 30 bilhões. As condições de

renegociação, como descontos e parcelamentos, variam conforme o volume de dívidas, em diferentes modalidades de transação, para contribuintes e empresas de todos os portes.

Atualmente o órgão oferece seis modalidades diferentes de acordos de transação. Para conhecê-las e fazer simulações, basta acessar o portal Regularize, da PGNF.

Em junho deste ano, por exemplo, a PGFN criou a modalidade Transação Excepcional, para atender empresas afetadas pela pandemia da covid-19. Nesse caso, para dívidas até R\$ 150 milhões, a transação amplia o prazo de pagamento das prestações, com entrada de 4% da dívida, que pode ser parcelada em até 12 vezes.

A transação tributária, no âmbito da PGFN, pode ser feita para débitos já inscritos em dívida ativa ou em fase de execução judicial. Já as renegociações relacionadas ao contencioso administrativo, antes de estar na dívida ativa, são de competência da Receita Federal.

Nesse caso, são dívidas de empresas que já estão em discussão nas delegacias de julgamento da Receita ou no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Toda negociação é feita de forma eletrônica, por meio do centro virtual de atendimento da Receita, o e-CAC. "O empresário que estiver nessa situação tem a possibilidade de entrar em contato com o contador e fazer as simulações necessárias e que se adequem à capacidade financeira da empresa", disse o subsecretário de Arrecadação da Receita Federal, Frederico Faber.

Os descontos são progressivos, de acordo com as condições de pagamento, em parcelamentos de 12 a 60 meses. A entrada também é facilitada e pode ser dividida de cinco a oito vezes.

Faber explicou que a renegociação atende micro e pequenas empresas, exceto Simples Nacional. Para atender aqueles que estão no Simples, houve a necessidade de um projeto complementar, que foi sancionado em agosto. Agora, a regulamentação está sendo discutida No Comitê Gestor do Simples Nacional.

Ainda assim, segundo Faber, várias atividades de empresas enquadradas no Simples são feitas por fora, como o pagamento de obrigações previdenciárias. Nesse caso, pode ser feita a renegociação do contencioso de pequeno valor.



As idas e vindas do governo federal em torno do Renda Cidadã, planejado para substituir o Bolsa Família, geraram níveis altos de incertezas no mercado e têm a capacidade de afugentar investidores temerosos com a probabilidade de descontrole fiscal a reboque do eventual aumento dos gastos públicos voltados a bancar a conta. Como não existe clareza em relação ao modelo de financiamento que será adotado para o novo programa, o ambiente econômico permanecerá cercado de instabilidade, provocando ainda mais pressão sobre o câmbio e crescimento dos juros da dívida pública.

É óbvio que a assistência social direta é fundamental para impedir a escalada da pobreza e da miséria no Brasil. Sobre tudo, diante da grave crise causada pela covid-19. Mas é preciso, o quanto antes, definir de onde virão os recursos para abastecer a futura fonte de transferência de renda. Afinal, dinheiro nem brota em árvores nem surge por magia. Nesse diapasão, o atraso do Planalto

em apresentar o texto-base do programa se torna substancialmente nocivo para os rumos da economia do país a partir de 2021.

Tanto o mercado financeiro quanto o empresariado nacional e estrangeiro aguardam sinais transparentes do governo sobre o Renda Cidadã para, enfim, balizar investimentos a curto e médio prazos. Ao mesmo tempo, a extinção do auxílio emergencial, prevista para o fim do ano, deve acarretar expressivo salto nos índices de desemprego e desocupação, além de atingir consideravel-

**Sem clareza sobre o financiamento do Renda Cidadã, o ambiente econômico permanecerá cercado de instabilidade**

mente o consumo das famílias, que se mantém hoje como o principal sustentáculo da economia.

Os últimos movimentos do Executivo, no entanto, contribuem sobremaneira para ampliar o grau de volatilidade econômica. Nos bastidores do Congresso e do governo, a indefinição é atribuída a uma

suposta preocupação do presidente Jair Bolsonaro em encampar, durante o processo eleitoral, medidas impopulares para custear o novo programa. Em especial, o possível corte de verbas destinadas a outros programas sociais vigentes para que o Renda Cidadã tenha gordura financeira. O que levaria, de modo inexorável, à perda do apoio conquistado após a implantação do auxílio a trabalhadores impactados pela pandemia do coronavírus.

Caso a decisão se arraste para o período posterior à sucessão municipal, o prejuízo

será enorme. Vale lembrar que o governo está bem longe de consolidar maioria segura no Congresso e dependerá de uma sólida articulação política para garantir a aprovação do programa, seja lá com qual formato de financiamento. Adiar por mais tempo a decisão é também jogar para a frente a inevitável crise fiscal e criar obstáculos à tão defendida agenda de reformas, essa sim capaz de impedir o colapso nas contas públicas e barrar o crescente endividamento da União.

Para que o governo tenha sucesso em assistir cidadãos das camadas mais pobres será preciso, fora rapidez em apresentar a proposta, achar o justo equilíbrio entre o socorro social e a rigidez fiscal, sem comprometer nenhum dos dois eixos, cruciais para que o país consiga driblar as dificuldades que se acumulam anos a fio e que cresceram exponencialmente desde março. No momento atual, será impossível retomar a economia sem atender demandas de ambos os lados com igual peso e medida.

## Editorial

# Justo equilíbrio fiscal e social

# Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redebahia.com.br](mailto:jairo.junior@redebahia.com.br)

@satelite

**O grande desafio é fazer acontecer o programa de habitação, que vai viabilizar a conservação e a recuperação de imóveis. Temos que dar condições para que as pessoas morem e trabalhem lá**  
**Tânia Scofield**

Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, ao comentar o objetivo do programa de moradias do Centro Histórico, criado pela prefeitura para recuperar casarões degradados e transformá-los em domicílios

## Atestado de dureza

Relator das ações da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin abriu prazo de cinco dias para que o ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB) comprove a impossibilidade de pagar a multa integral de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, imposta a ele pela Corte durante o julgamento do caso do bunker de R\$ 51 milhões descoberto em um apartamento da Graça. A decisão, assinada por Fachin na última segunda-feira, foi tomada às vésperas da análise, pela Segunda Turma do STF, da solicitação para parcelar o valor em 20 vezes, marcada para hoje. De acordo com o relator, o Supremo já se posicionou favorável ao parcelamento de multas aplicadas em ações penais, desde que o condenado demonstre que não possui condições de quitar o montante de uma só vez.

### DAS DUAS, UMA

Fachin ressalta ainda que, caso Geddel não apresente provas sobre a impossibilidade de pagar o valor em parcela única, a lei veta a progressão do ex-ministro para a prisão em regime semiaberto, abrindo espaço para seu retorno ao xadrez.

## Chave de cadeia

A subprocuradora-geral da República, Lindôra Maria Araújo, solicitou que Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantenha a prisão preventiva de seis alvos da Operação Faroeste. Entre eles, a desembargadora do TJ da Bahia Maria do Socorro Barreto Santiago, seu genro, o advogado Márcio Duarte Miranda; o juiz Sérgio Humberto Sampaio; o falso cônsul da Guiné-Bissau Adailton Maturino. Em parecer ao relator da operação no STJ, ministro Og Fernandes, Lindôra afirma que os réus se colocaram "acima da lei" e que, mesmo após a Faroeste, agricultores do Oeste balano "continuam sendo extorquidos e ameaçados por pistoleiros, razão pela qual a prisão é a única medida cabível para impedir que vidas sejam ceifadas".

## Luxo secreto

Em relatório sigiloso, ao qual a Satélite teve acesso, investigadores da área de combate à corrupção da Polícia Federal forneceram à equipe da Faroeste indícios de que a Maria do Socorro possuiria imóveis ocultados do patrimônio declarado e provavelmente desconhecidos pela operação. A lista, obtida por meio de perícia sobre celulares apreendidos, inclui apartamento na Avenida Centenário e casas na Praia do Forte e na Penha, balneário da Ilha de Itaparica.

## Doce lar

Levantamento da OLX revelou que a procura por imóveis à venda na Região Metropolitana de Salvador cresceu 51% em agosto deste ano, em comparação com o mesmo mês de 2019. Por tipo, a busca por casas teve alta de 55%, ante 44% dos apartamentos. Entre as 15 cidades avaliadas, as que mais atraíram interesse de compradores foram a capital Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, em especial, Vila de Abrantes.

## Novo normal

Para o diretor de Imóveis da OLX, Marcelo Dadian, o aumento se deve a taxas de juros atraentes para financiamento e à pandemia. "Ela fez com que as pessoas passassem mais tempo em casa e repensassem a relação com a maneira de morar, seja em busca de maior conforto ou de uma outra localização", afirma.

# Real vive descolamento cambial recorde

**MOEDA** A incerteza em relação ao futuro da política fiscal e às contas públicas do Brasil levou o real a entrar em uma trajetória de desalinhamento em relação aos fundamentos econômicos de longo prazo do país. Este desencontro supera o ocorrido durante a crise eleitoral de 2002 e representa um recorde desde a adoção do atual regime de câmbio livre, em 1999.

O descompasso, de acordo com cálculos do pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) Lívio Ribeiro, representa uma depreciação de quase 40%. Ou seja, para um câmbio médio em torno de R\$ 5,40, o valor sugerido pelos fundamentos estaria próximo de R\$

●● **Moeda depreciou mais do que seria sugerido pelos fundamentos de longo prazo**

Lívio Ribeiro  
pesquisador do Ibre/FGV

3,90. Em 2002, esse desalinhamento foi de cerca de 30%. “Os modelos sugerem claramente que a gente está em um momento de ‘overshooting’ cambial, ou seja, a moeda depreciou mais do que seria sugerido pelos fundamentos de longo prazo”, afirmou Ribeiro ao apresentar os dados durante reunião de conjuntura com cerca de 30 pesquisadores da instituição, conforme reportagem publicada pelo portal UOL. “É um momento comparável a 2002 e 2003, que foi o último evento de grande depreciação da moeda, ligado à percepção de risco eleitoral na eleição do presidente Lula”, disse.

Segundo o pesquisador, em 2002, o risco político acabava se refletindo na questão fiscal, com uma possível mudança no tripé macroeconômico. A relação entre a taxa de câmbio bra-

sileira e os fundamentos econômicos foi calculada utilizando o modelo BEER (taxa de câmbio de equilíbrio comportamental, na sigla em inglês). O modelo utiliza indicadores ligados aos fundamentos de comércio internacional (termos de troca, diferencial de produtividade e comercializáveis versus não-comercializáveis), que têm se mostrado determinantes para explicar as variações do câmbio no longo prazo.

Um cálculo considerando a média de oito modelos com essas e outras variáveis (como juros, dívida, risco país e passivo externo) mostra resultados muito próximos para 2020 e também para 2002. Segundo o pesquisador, é possível que essa diferença demore a cair. No governo Lula, a moeda só encontrou seu patamar de equilíbrio com os fundamentos em 2005.

## Fortuna dos bilionários brasileiros cresce 39% em 4 meses

**RELATÓRIO** Mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, a fortuna dos bilionários brasileiros aumentou 39% entre abril e julho de 2020. A informação é de relatório realizado pelo banco suíço UBS e pela empresa de consultoria PwC. Desde 2009, a riqueza dos bilionários nacionais praticamente

dobrou, com aumento de 99%.

Conforme o levantamento, a fortuna dos bilionários brasileiros somava US\$ 176,1 bilhões ao fim de julho (R\$ 983,3 bilhões), comparado a US\$ 127,1 bilhão no início de abril deste ano e US\$ 66,6 bilhões em 2009.

Agora, o Brasil é o décimo

no ranking de países com maiores fortunas detidas por bilionários. O ranking é liderado pelos Estados Unidos, onde a fortuna dos bilionários chegou em julho a US\$ 3,6 trilhões (R\$ 20,3 trilhões), China (US\$ 1,7 trilhão; R\$ 9,5 trilhão) e Alemanha (US\$ 594,9 bi; R\$ 3,3 trilhão).

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O ministro Paulo Guedes cedeu mais uma vez à pressão por aumento de gastos. Ontem à noite, admitiu que a PEC do Pacto Federativo vai incorporar uma emenda que permite acionar o chamado orçamento de guerra. Na prática, se o Congresso prorrogar o estado de calamidade no ano que vem, em função da pandemia, o governo poderá contornar o teto de gastos para pagar o auxílio emergencial. O texto ainda não foi apresentado, e os detalhes serão cruciais para se saber a reação do mercado, mas economistas ouvidos pela coluna disseram de antemão que é um erro colocar em uma legislação permanente um mecanismo que foi usado para um caso absolutamente emergencial. Outro ponto levantado seria a forma de acionar esse orçamento, se via conselho fiscal, com a decisão restrita a poucas pessoas, ou via Congresso, ainda que seja como um fast track, em votação conjunta pelas duas Casas.

É preciso encontrar uma solução para manter o socorro aos mais vulneráveis a partir de janeiro, mas ampliar gasto sem fonte de receita provocará aumento do endividamento do governo, e é isso que tem pressio-

nado as taxas de juros e estressado os indicadores financeiros do país. O governo deveria cortar despesas, mas prefere o caminho mais fácil de tentar contornar o teto.

## RECORDE EM MEIO À CRISE

O comércio nunca vendeu tanto quanto em agosto de 2020. Superou até agosto de 2014, até então o maior nível da série medida pelo IBGE. Há várias explicações para o fenômeno, e a principal delas é o anabolizante injetado no consumo pelo auxílio emergencial. Um volume nunca visto e que chegou a 20 vezes o valor do Bolsa Família. Dinheiro para baixa renda ou informais que foram impedidos de trabalhar. Além disso, o comércio parece ter "roubado" receita de outros setores, como os serviços que permanecem fechados. De todo modo, o objetivo do programa era esse mesmo, manter

a economia aquecida do jeito que desse.

Os números de agosto vieram pouco acima do esperado. No varejo restrito, que exclui veículos e materiais de construção, houve alta de 3,4% em relação a julho, com projeções em torno de 3%. No conceito ampliado, crescimento de 4,6%, contra estimativas de 4,1%. O IEDI apontou que os três segmentos que mais cresceram na comparação com fevereiro, antes do início da pandemia, são os que têm relação com mudanças de hábito no isolamento social: móveis e eletrodomésticos, 24% acima do nível pré-crise, materiais de construção, 19,2%, e artigos de uso pessoal e doméstico, 12,3%. O varejo também se adaptou ao às vendas eletrônicas.

"As famílias podem ter substituído parte de seus gastos com serviços — como viagens, servi-

ços pessoais e de lazer, restaurantes — por consumo de bens comercializados pelo varejo", explicou o Instituto.

Em economia, tudo que é artificial tende a gerar problemas à frente. Por isso, os economistas temem que as famílias estejam usando o auxílio emergencial — que é temporário — para fazer compras a prazo, o que deve aumentar o endividamento, com risco sobre a inadimplência. Especialmente as vendas de móveis e eletrodomésticos preocupam. O BC, lembra o economista Sérgio Vale, da MB Associados, registrou crescimento nas compras com cartão de crédito e boletos bancários por famílias de menor renda. Um problema para o pós-pandemia.

## 'NÃO ME INTERROMPA'

No debate entre a senadora Kamala Harris e o vice-presidente

americano, Mike Pence, os momentos de maior sucesso foram quando ela impedia a interrupção e dizia: vice-presidente, I am speaking. O movimento feminista americano tem uma grande luta contra a interrupção da fala da mulher pelo homem, o chamado maninterrupting.

## AMAZÔNIA E PANTANAL

Para quem não entende a relação entre o desmatamento da Amazônia e as queimadas do Pantanal, a resposta está nos chamados "rios voadores", explica a cientista Neiva Guedes, presidente do Instituto Arara Azul. O vapor d'água na Amazônia vira chuva em outras regiões do país e quando isso acontece em menor intensidade, como este ano, há aumento das queimadas. "A área desmatada (na Amazônia), o tempo seco e as altas temperaturas formaram um conjunto de elementos que impediu a formação de chuvas. Consequentemente, o nível dos rios não se elevou e o Pantanal não foi inundado, criando uma paisagem com matéria orgânica altamente combustível", explicou.

**POR ALVARO GRIBEL, A COLUNISTA ESTA DE FÉRIAS**

ECONOMIA

# Varejo baiano tem quarta alta seguida, aponta IBGE

**COMPARAÇÃO MENSAL** As vendas do varejo na Bahia cresceram pela quarta vez seguida em agosto na comparação mensal. Desta vez, a 8,5% em relação a julho. Os dados foram apresentados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao apresentar a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

Em março e abril, o indicador registrou quedas históricas. Mas com o resultado positivo de agosto, o comércio varejista da Bahia se recuperou das perdas registradas entre março e julho, período de maior rigidez no isolamento social imposto pela pandemia da covid-19. No acumulado entre março e agosto, as vendas já crescem 4,9% no estado.

De julho para agosto, o resultado do comércio varejista baiano foi bem maior que a

**8,5%**

**foi a alta nas vendas do comércio baiano na comparação entre os meses de agosto e julho deste ano**

média nacional, crescimento de 3,4%. Houve aumentos em 25 das 27 unidades da Federação pesquisadas pelo IBGE. Os maiores percentuais foram observados no Acre, 15,6%; Rondônia, 12,8%; e Amapá, 12,1%. A Bahia teve o sexto melhor resultado. No outro extremo, Tocantins, -2,4%, e Rio Grande do Sul, -0,2%, tiveram quedas nas vendas. Nacionalmente, o setor atingiu o maior patamar de vendas desde 2000, ficando 2,6% acima do recorde anterior, de outubro de 2014.

Na comparação com agosto de 2019, as vendas na Bahia também mostraram crescimento - de 6,7%. Nessa comparação com o mesmo mês do ano anterior, foi o primeiro resultado positivo depois de cinco retrações seguidas e o melhor mês de agosto para o varejo estadual desde 2012, quando as vendas haviam crescido 10,9%.

O avanço baiano (6,7%) na comparação anual ficou um pouco acima do resultado nacional - 6,1% - e acompanhou o movimento positivo registrado em 25 dos 27 estados. Acre (26,1%), Amapá (25,4%) e Maranhão (23,5%) apresentaram as maiores altas nesta base de comparação, enquanto Tocantins teve queda (-1,1%) e o Distrito Federal mostrou estabilidade (0,0%).

Apesar dos resultados positivos de agosto, as vendas do comércio varejista na Bahia ainda seguem em retração tanto no acumulado no ano de 2020 frente ao mesmo período de 2019 - de 7,9% - quanto nos 12 meses encerrados em agosto, frente aos 12 meses anteriores (-3,5%). Ambos os desempenhos estão abaixo dos verificados no Brasil como um todo (-0,9% e 0,5%, respectivamente).

## Classe C cresce e já representa 63% da população

**RENDA** Estudo do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, aponta que a chamada Classe C, chegar ao seu maior patamar histórico, alcançando 63% da população brasileira, cerca de 133,5 milhões de pessoas. O melhor momento, quando menos brasileiros se enquadravam na Classe C por estarem na B ou na A, foi em 2014, quando alcançou 55,10%. A ampliação da Classe C se deve, segundo Neri, ao auxílio emergencial e à queda de renda das famílias de classe média alta.

"Aumentou muito o auxílio emergencial, com uma dose cavalari de transferência. Em nove meses representa nove anos do Bolsa Família. Com isso, 15 milhões de pessoas saíram da pobreza (e entraram na Classe C)", afirmou o economista.

Outro motivo citado pelo economista é que 4,8 milhões de pessoas da classe média alta (que tem rendimento per capita a partir de dois salários mínimos) perderam renda e desceram para Classe C.

"Essa classe média baixa, identificada com classe C, foi alimentada por boas notícias dos pobres e más notícias de quem estava acima", explicou o pesquisador.

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA BAHIA TEM LEVE CRESCIMENTO

**PESQUISA** Em agosto, a produção industrial da Bahia apresentou sua quarta variação positiva consecutiva (0,9%) frente ao mês anterior. Porém, o crescimento nesse confronto ficou abaixo do registrado entre na passagem de junho para julho (10,7%), sendo também inferior ao resultado nacional (3,2%) em agosto. Assim, o setor fabril no estado mantém uma queda acumulada na produção de 12,0% entre os meses de março e agosto, período da pandemia. Dos 15 locais pesquisados pelo IBGE, 12 apresentaram crescimento em agosto, e a Bahia apresentou a menor alta dentre eles.

**Entre março e agosto (período da pandemia de covid-19) a indústria baiana acumula perdas de 12% em sua produção**

## SAFRA ESTADUAL DE GRÃOS DEVE BATER RECORDE

**PROJEÇÃO** A nona estimativa para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos) em 2020 prevê, em setembro, um novo recorde na produção, que deve chegar a 9.967.395 toneladas neste ano - a maior da série histórica do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE desde 1972. Isso representa um aumento de 20,3% (ou mais 1.683.735 toneladas) em relação à safra de 2019 (8.283.660 toneladas). A previsão de setembro ficou 2,6% maior que a de agosto, quando a estimativa era de uma safra de 9.712.445 toneladas.

**Volume de 9.967.395 toneladas será a maior da história do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), iniciado em 1972**

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 09/10/2020	Página:

**Correio**

## **PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO CAEM 10,6% EM SETEMBRO**

**BENEFÍCIO** Depois de desaparecerem no primeiro semestre por causa da pandemia, os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada continuam a cair no segundo semestre. Em setembro, o total de pedidos recuou 10,6% em relação ao mesmo mês de 2019. Desde o início de junho, o indicador está em queda. Em setembro, 466.255 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, contra 521.572 pedidos no mesmo mês de 2019. Ao todo, 61,8% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 2,9% em setembro de 2019. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

### **Números foram divulgados pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia**

**Correio**

# FAROL ECONÔMICO

**POR DONALDSON GOMES**

@donaldsongomes

## SÓ NO ANO QUE VEM...

Mesmo não sendo ele o culpado pelas más notícias, o secretário Nacional de Transportes Terrestres Marcello da Costa Vieira jogou um balde de água em quem espera ansiosamente a implantação do primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol). A licitação da obra entre Ilhéus e Caetitê, que estava prevista para novembro, deve ficar mesmo para o ano que vem, avisou durante a participação em um encontro com representantes da indústria baiana. E isso, se o processo for destravado no Tribunal de Contas da União (TCU), onde está desde o ano passado. Perguntado sobre quem estaria trabalhando para impedir a conclusão do projeto, respondeu a la Jânio Quadros: "Não sei, talvez forças ocultas". Segundo ele o processo no TCU está sendo de fato mais lento que o usual.

**FOCO NA FIOI**

O presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, destacou a necessidade de foco na conclusão do primeiro trecho da Fiol. "Qual é o interesse que está por detrás dessa postergação? A Bahia está nessa luta há dez anos. O governo (federal) já investiu alguns bilhões e o minério está lá parado", reclamou.

●● Qual é o interesse que está por detrás dessa postergação? A Bahia está nessa luta há dez anos. O governo (federal) já investiu alguns bilhões e o minério está lá parado Antonio Carlos Tramm

Presidente da CBPM

## Tidelli amplia

A Tidelli, especialista em móveis para ambientes externos, deu início a segunda fase das obras de expansão da fábrica em Salvador, no bairro Moradas da Lagoa. Em 2019, a unidade industrial já tinha passado de 8 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>) para 10 mil m<sup>2</sup>. De acordo com o presidente da empresa, Luciano Mandelli, a expansão atende uma demanda do mercado nacional e internacional. "A previsão é finalizar a obra em fevereiro de 2021. O resultado final será uma fábrica com 12 mil m<sup>2</sup> e capacidade de produção 30% maior", informa Mandelli. As mudanças vão gerar 60 novos postos de trabalho. Em 2019, a empresa faturou R\$ 52 milhões, 9,5% a mais que em 2018. Atualmente, possui 402 colaboradores.

## Expansão

O Outback Steakhouse está ampliando a presença na Bahia. No dia 20 de outubro será inaugurada a terceira filial no estado, em Lauro de Freitas, no Parque Shopping Bahia. Quase 100 oportunidades de emprego foram geradas com a abertura que ocorrerá com todos os protocolos e atendendo rigorosamente as determinações de higiene e cuidados com seus clientes e colaboradores. A rede já tem duas lojas por aqui, uma no Shopping da Bahia e outra no Shopping Barra. A nova unidade será a 106ª a ser inaugurada no país, se juntando às outras seis que abriram em 2020.

## NO HORIZONTE

● **Marketplace de soluções.** A TIM está lançando o primeiro Marketplace IoT do Brasil (marketplaceiot.tim.com.br).

● **Apae Salvador** A Apae Salvador teve redução de 40% na captação de recursos desde março. Quer ajudar? Acesse [apaesalvador.org.br](http://apaesalvador.org.br).

**100**

empregos foram gerados com a nova unidade do Outback

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às sextas-feiras

**BRASIL****PROPOSTA DO RENDA  
CIDADÃ SÓ DEVE SAIR  
APÓS AS ELEIÇÕES**

**PROGRAMA SOCIAL** A proposta do Renda Cidadã, novo programa social do governo que vai substituir o Bolsa Família, só deverá ser apresentada depois das eleições municipais deste ano, afirmou ontem o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta. O primeiro turno das eleições está marcado para o dia 15 de novembro e, em caso de ocorrência de segundo turno, será no dia 29 do mesmo mês. Distante de um acordo sobre como financiar o novo programa, Bittar anunciou que prefere esperar já que a "eleição não é um bom conselheiro". A ideia do governo é o Renda Cidadã começar no próximo ano, após as últimas parcelas do auxílio emergencial.



# 70% dos carros vendidos na Bahia são financiados

**Taxa Selic** a 2% ao ano, menor alíquota da história do país, facilita crédito para o clientes

**Daniel Aloisio\***

REPORTAGEM  
daniel.santos@recebahia.com.br

Quer comprar um carro e não tem dinheiro para pagar à vista? O financiamento pode ser sua saída. E já é, pelo menos, a opção de sete em cada 10 pessoas que compram carro no estado. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), 70% dos carros vendidos na Bahia são financiados.

"As pessoas não têm condições de pagar à vista ou de ficar juntando dinheiro. Há um perfil crescente daqueles que dão um carro usado como entrada e financiam a diferença, por exemplo", aponta o diretor regional da Fenabrave, Raimundo Valeriano.

Segundo ele, para encontrar um bom financiamento, o segredo é conhecer as taxas de juros condicionadas pela concessionária. "Tem carros que saem com até zero de taxa, a depender do prazo de financiamento e do valor de entrada", explica.

O baiano Vicente Ferreira, 52, é um dos que conseguiram financiamento de taxa zero: "Eu juntei dinheiro, dei uma entrada de 60% do valor do meu Ford Fiesta e financiei o restante para 36 meses. Foram parcelas baratas, de cerca de R\$ 300". Um fator apontado pelos donos das concessionárias para essa alta procura pelo financiamento são as condições ofertadas atualmente pelas empresas, graças a Taxa Selic, que hoje está em 2% ao ano. "Essa é a menor alíquota da história e facilitou o fornecimento de crédito para o cliente. A verdade é que os bancos estão com apetite para fazer negócios e o momento do consumidor aproveitar", aponta Leonardo Ferreira, gerente de vendas da Indiana Ford.

Essa realidade deixa o diretor regional da Fenabrave otimista. Para ele, o número de pessoas que compram carro por financiamento vai aumentar nos próximos meses. "A gente está tendo um reaquecimento do mercado.

**Tem carros que saem com até zero de taxa, a depender do prazo de financiamento e do valor de entrada**

Raimundo Valeriano  
diretor regional da Fenabrave

## DICAS PARA ENTRAR NUM FINANCIAMENTO

● **CALCULE** Verifique o orçamento familiar. Veja se a prestação e as despesas inerentes à compra desse veículo vão se encaixar na sua renda, para que você não seja pego de surpresa posteriormente.

● **PESQUISE** Pense a relação de consumo e carro. Não compre um de poder aquisitivo maior do que a sua necessidade. Olhe várias marcas, concessionárias e modelos. Faça um quadro de análise, com as vantagens e desvantagens de cada veículo. Escolha os que possuem preços e condições mais justas.

● **APROVEITE** Tente barganhar o máximo possível de descontos. A maioria das concessionárias já está dando carro emplacado, às vezes com combustível cheio, película e outras vantagens que você tem que tentar ao máximo extrair. É ganhar o máximo de "mínimos" possíveis.

● **QUESTIONE** Será que eu preciso realmente de um carro novo? Já que vou entrar num financiamento, pode ser mais vantajoso escolher um seminovo, que às vezes tem mais vantagens e compensa.

● **CONHEÇA** Antes de assinar o contrato, olhe as taxas efetivas. Pergunte sempre ao vendedor qual é a taxa efetiva, que pode ser maior do apresentada por ele antes, que é a chamada taxa nominal.

Então, nós esperamos que esse 70% aumente. Fora do Brasil, é ainda mais comum optar por esse modelo de negócio e o que permite isso são os juros baixos", explica Valeriano.

## PROMOÇÕES

Edson Moreno, gerente geral de venda do grupo Guebor, conta que o sistema de financiamento que está sendo muito procurado na sua rede é o chamado Ciclo Toyota: "O cliente escolhe o tamanho da parcela, a entrada e deixa um valor residual para o final. Poderá financiar em 12, 24 ou 36 vezes, com a garantia de que compramos o carro dele no final do financiamento por um valor de, no mínimo, 80% da tabela Fipe. Com o dinheiro dessa venda, vai dar para ele pagar o residual e dar entrada no carro novo. É ideal para quem sempre quer renovar o veículo".

O Ciclo Toyota é um sistema feito com o próprio banco da montadora. O mesmo acontece na concessionária Citroën Gaulses, localizada na Avenida ACM. Para esse mês, oferece promoção específica para o C4 Cactus. A partir de R\$ 89.990, o cliente dá 60% de entrada e financia a diferença em 48 vezes, na qual as 14 primeiras parcelas são de R\$ 99 e serão pagas pela própria concessionária.

Na Indiana Ford, onde a taxa de venda de financiados chega a atingir 80% no mês, há também alta procura por financiamento feitos nos bancos dos clientes. "São locais onde há facilidade para gerar crédito. A gente recomenda que o cliente dê, pelo menos, uma entrada mínima de 20%, esteja atento ao contrato, aos valores da parcela e data de pagamento, para que não haja dissabor ou divergência de informação no futuro", explica Ferreira.

## PLANEJAMENTO

O planejamento também pode se tornar motivo de dor de cabeça. Para evitar uma dívida que você não será capaz de honrar, o economista e educador financeiro Edval Landulfo recomenda cautela: "A primeira pergunta que a pessoa tem que responder é qual o benefício que esse bem financiado vai lhe trazer e ter em mente que é algo que vai lhe afastar de outros planos".

Com base na sua experiência, Landulfo identifica dois perfis de pessoas que entram num financiamento: "Têm as pessoas que necessitam um carro para trabalho, mas não tem o dinheiro para pagá-lo à vista. E tem aquelas que, por um impulso adquirem aquele bem". O problema, segundo o economista, é que imprevistos futuros podem acontecer e impossibilitando o consumidor de honrar a dívida. "Tem que ter uma reserva, sem comprometer a renda com mais de 30% de dívidas", orienta.

\* COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.



Barganhar é a palavra-chave ao comprar o carro novo: concessionárias estão dando carro emplacado, tanque cheio, película e outras vantagens

# CCJ tem maioria a favor da indicação de Nunes

ESTADÃO CONTEÚDO

**A** pesar das irregularidades encontradas no currículo acadêmico do desembargador federal Kassio Nunes, suspeitas de plágio em sua dissertação de mestrado e pressão de alas do bolsonarismo contra sua indicação, senadores dão a aprovação de seu nome para o Supremo Tribunal Federal (STF) como favas contadas. O Estadão apurou o posicionamento de todos os 27 membros permanentes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e constatou que já existem pelo menos os 14 votos necessários para a aprovação nesta que é a primeira etapa no Senado do processo de confirmação. Apenas dois parlamentares abertamente se dizem contra. O parecer da comissão

não tem poder para derrubar a indicação, que vai ao plenário de qualquer forma. Ela aponta, no entanto, cenário bastante favorável dentro do Senado ao indicado do presidente Jair Bolsonaro para a vaga a ser aberta com a aposentadoria do ministro Celso de Mello, no dia 13. No plenário, as críticas e suspeitas também estão sendo minimizadas. Governistas avaliam que os desgastes não foram suficientes para afetar a "reputação ilibada" do indicado e apostam na aprovação com algo entre 60 e 65 votos.

Na CCJ, o desembargador Kassio Marques contará, inclusive, com o voto favorável de integrantes da oposição. "Nem sempre as referências curriculares são as melhores referências. A experiência, a vivência, a prática são. Neste momento, tenho inclinação a votar favorável", afirmou Rogério Carvalho



**O DESEMBARGADOR** Kassio Marques contará na CCJ com o voto favorável da oposição

(PT-SE). "Acho que é um fortalecimento da região Nordeste, que nunca foi agraciada com nenhum ministro. Eu preferia um baiano. Já que não foi baiano, me contento com um piauiense, nordestino", disse Ângelo Coronel (PSD-BA), membro do colegiado e presidente da CPI das Fake News.

Em geral, senadores buscam estabelecer pontes e relações amistosas com os novos integrantes da Corte. Pelas canetas de ministros do Supremo Tribunal Federal passam assuntos de interesse dos políticos e decisões desses magistrados podem ser determinantes para o futuro de parlamentares. As sabinas regimentais que antecedem a votação no plenário são longas, mas não costumam descambar para confrontos duros.

De um lado, senadores cortejam o novo juiz. Por outro, o indicado faz "cam-

panha" para consolidar os votos de que necessita. Desde que foi confirmado por Bolsonaro, Kassio Marques cumpre uma extensa agenda de conversas informais com senadores. Uma delas foi na terça-feira, 6, quando foi recebido para um jantar na casa da senadora Kátia Abreu (PP-TO), no qual também sentaram à mesa lideranças como Davi Alcolumbre (DEM-AP), Renan Calheiros (MDB-AL), Ciro Nogueira (PP-PI) e Jader Barbalho (MDB-PA).

Desde 1889, apenas em cinco oportunidades o Senado disse não à escolha do presidente. Todas foram no século XIX, no governo de Floriano Peixoto, segundo as "Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)", publicadas em 2014 por Celso de Mello, exatamente o ministro que está a caminho da aposentadoria e que deve ser substituído por Kassio.

## Marco Aurélio diz que Kassio "se autoconcedeu" título

CORREIO BRASILIENSE



Em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a na manhã de ontem envolvendo um pedido do presidente Jair Bolsonaro, o ministro Marco Aurélio Mello aproveitou para afinetar o desembargador Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). O magistrado disse que Marques se "autoconcedeu" o título de desembargador. Ele foi indicado, pelo chefe do Executivo, para ocupar o lugar do

**O MINISTRO** Marco Aurélio Mello afinetou o desembargador Kassio Nunes Marques

ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que se aposenta na próxima terça-feira.

"Tenho uma filha que marchou visando preencher uma cadeira em um tribunal regional federal. Marchou com as próprias pernas. Submeteu-se ao procedimento com sabatina e, para o meu gosto e de minha mulher, disseram-me que ela foi muito bem na sabatina, e acabou nomeada", disse o ministro. "Pagou um preço enorme, como se tivesse sido nomeada graças à minha atuação e à atuação de minha mulher — que essa, sim, é desembargadora, porque é integrante de tribunal de Justiça, não o candidato indicado pelo presidente, que se diz

desembargador porque se autoconcedeu esse título pomposo. É só buscar o ato de nomeação dele para ver para que cargo ele foi nomeado: cargo de juiz do Tribunal Regional da 1ª Região."

Antes de indicar oficialmente Marques, Bolsonaro buscou articulação junto ao Supremo, para que não houvesse resistência. Na semana passada, chefe do Executivo foi à casa de Gilmar Mendes, ministro da Corte, com o indicados. Esteve presente no encontro, também, o ministro Dias Toffoli, ex-presidente do STF. Bolsonaro apresentou aos magistrados a sua escolha para substituir Celso de Mello. O indicado precisa, ainda, passar por

sabatina no Senado e tem se movimentado para buscar apoio na Casa. Em meio ao corpo a corpo, ele enfrenta polêmicas relativas ao seu currículo — reportagem do jornal do O Estado de S.

Paulo mostrou que a Universidad de La Coruña, na Espanha, negou que o desembargador tenha sido aluno de um dos seus cursos de pós-graduação. Além disso, na última quarta-feira, foi divulgado que a dissertação de mestrado do desembargador, apresentada em 2015 na Universidade Autónoma de Lisboa, em Portugal, possui trechos idênticos aos de artigos de outro autor, o advogado Saul Tourinho Leal, publicados em 2011. Leal negou plágio.

## Centrão pressiona para recriar ministérios do Trabalho e da Indústria

ESTADÃO CONTEÚDO

Aliados políticos do presidente Jair Bolsonaro intensificaram a cobrança sobre o governo para um desmembramento de parte do Ministério da Economia. A discussão gira em torno da separação da secretaria de Previdência e Trabalho da pasta e a recriação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para ser entregue ao Centrão.

Segundo apurou o Estadão, no Palácio do Planalto já se fala no planejamento de uma "pequena reestruturação". Apesar da ameaça de Paulo Guedes perder o status de superministro, auxiliares do presidente dizem que ele segue tendo o respaldo do governo. Um dos secretários de Guedes, Carlos da Costa, foi indicado pelo governo à presidência do braço de investimentos do Banco In-

teramericano de Desenvolvimento (BID), o que poderia abrir a oportunidade para as mudanças.

A volta do Ministério de Trabalho e Previdência, antecipada pelo site Poder360, e a recriação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vêm sendo discutidas desde o início da aliança do Centrão com o presidente Jair Bolsonaro, que se intensificou durante a pandemia e mudou a articulação do governo no Congresso.

A reforma ministerial começou a ser comunicada por líderes do governo, segundo relatos de interlocutores ao Estadão. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também tem acompanhando as conversas de perto e fazendo sondagem entre parlamentares sobre quem poderia ocupar as novas pastas de Trabalho e Indústria.

Em busca de apoio para sua reeleição, Alco-

lumbre tem se colocado como um articulador do Planalto. Na semana passada, ele organizou o encontro do presidente Bolsonaro com os ministros do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, para cancelar a indicação do desembargador Kassio Marques à vaga na Corte, após a saída do ministro Celso de Mello.

Um dos nomes cogitados para um eventual Ministério da Indústria e Comércio Exterior é o do vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP). O deputado ocupou a mesma pasta no governo do ex-presidente Michel Temer. A interlocutores, entretanto, Marcos Pereira afirma que não tem interesse em voltar para o Executivo e que segue na disputa pela presidência da Câmara. Ligado à Igreja Universal, o parlamentar é presidente do Republicanos, partido que abriga o senador Flávio Bolsonaro e



o vereador Carlos Bolsonaro, filhos do presidente.

Contrário ao movimento, o ministro Paulo Guedes tem apresentado números para justificar a fusão: antes, eram cinco ministérios gastando R\$ 15 bilhões por ano; agora, é um ministério com despesas de R\$ 10 bilhões ao ano. Ele assumiu o cargo com a junção de cinco áreas: Fazenda, Previdência, Trabalho, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior, além de estatais sob o seu guarda-chuva. Bolsonaro disse, no dia 7 de outubro de 2018, em uma transmissão ao vivo, que seu governo teria, no máximo, 15 ministérios, mas está com 23.

**APESAR** da ameaça de Guedes perder o status de superministro, auxiliares do presidente dizem que ele segue tendo o respaldo do governo



**O PRESIDENTE** da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, participaram do evento

## Frente parlamentar propõe incluir atuais servidores na reforma administrativa

G1

A Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa no Congresso Nacional lançou nesta quinta-feira (8) uma agenda prioritária em que defende a inclusão dos atuais servidores públicos e dos chamados "membros de poderes", como magistrados e parlamentares, na reforma administrativa.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, participaram do evento. Foi o primeiro encontro público dos dois desde o jantar de "reconciliação" na última segunda (5), em que ambos pediram desculpas mútuas por atritos recentes.

A proposta do governo enviada em setembro ao Congresso não atinge os atuais servidores nem quem vier a ser admitido no serviço público antes da promulgação das regras. A PEC também não mexe na estabilidade ou nos vencimentos desses funcionários públicos.

O texto prevê novas regras apenas para futuros servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados e municípios.

A reforma enviada pelo governo também deixa de fora os chamados "membros de poderes": parlamentares, magistrados, promotores, procuradores e militares. De acordo com o governo, essas categorias estão sujeitas a regras

diferentes das demais.

O documento está alicerçado em três eixos: redução de distorções, modernização do processo de gestão de pessoas e segurança jurídica, com objetivos de curto e de médio prazo.

Além da inclusão de servidores atuais e membros de Poder, a frente defende outras mudanças na PEC apresentada pelo governo.

Também participaram do evento no Salão Negro do Congresso Nacional o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade; o presidente da frente, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), e os vice-

presidentes da frente, senadores Antonio Anastasia (PSD-MG) e Kátia Abreu (PP-TO).

Além dessas alterações na proposta de emenda à Constituição, o grupo defende que outras propostas sejam tratadas por projetos de lei simples — que têm tramitação mais rápida e dependem de menos votos para a aprovação.

A frente parlamentar advoga, no entanto, que esses textos sejam apresentados "em um segundo momento", após alinhamento com os relatores das matérias. Isso, porque muitas das propostas já estão em tramitação na Câmara, em projetos apresentados em outros momentos.

# Acidentes com moto aumentam amputações

Foto: Romildo de Jesus

CLEUSA DUARTE  
REPORTER

A motocicleta exerce atrativos diversos por quem gosta de prazeres de liberdade e principalmente de mobilidade no trânsito, conduzindo uma certamente se chegará mais rápido no local desejado. Pode ser usada para passeio ou trabalho. Mas estas vantagens tem um preço alto que é o risco de acidentes fatais ou com sequelas. Os equipamentos de segurança são essenciais, porém o capacete é o único item obrigatório. Especialistas alertam a importância de outras proteções.

Se a ideia é curtir a motocicleta em segurança é fundamental estar preparado e utilizar os principais equipamentos que protegem o condutor sem tirar a liberdade e a flexibilidade em pilotar.

O principal e de uso obrigatório é o capacete, mas tem diversos aspectos que devem ser observados para que realmente seja eficiente e também não gere problemas, como infrações de trânsito. Não usar o capacete é uma infração gravíssima. Se não for homologado pelo Inmetro também não são autorizados e não fornecem segurança. O ideal é adquirir os confeccionados em fibra, por serem mais resistentes do que os de plástico injetado.

A jaqueta não é obrigatória, mas protege o corpo de ferimentos no caso de quedas e também do sol e da chuva. Importante que elas sejam de couro ou de cordura, pois são impermeáveis e mais resistentes.

Em épocas frias, também mantem o corpo aquecido. Já durante o calor, existem opções com sistema de ventilação, proporcionando ótimo conforto térmico. Porém, essas jaquetas não são impermeáveis, absorvendo água em dias de chuva.

As pernas normalmente são áreas muito afetadas em caso de quedas e também existe o risco de queimaduras ao encostar em partes quentes da motocicleta, por isso o ideal é utilizar calças. Os materiais mais indicados para as calças são o couro e a Nylon. Eles são mais resistentes e protegem mais em acidentes nos quais a pessoa desliza sobre o asfalto. Mas uma calça Jeans também protege.

Os óculos de sol são importantes em dias de sol forte, eles ajudam muito a proteger a visão, além de proporcionar mais conforto. Já a capa de chuva deve ser de cores claras, pois além de não se molhar os outros motoristas terão uma boa visibilidade de quem dirige.

Em caso de acidente, a reação instintiva é tentar se proteger usando as mãos, então as luvas são indumentárias fundamentais para proteger as mãos de lesões em caso de quedas.

Os melhores calçados para pilotar em segurança são as botas específicas para motociclistas. Elas possuem reforços em pontos estratégicos, como nos tornozelos, que evitam lesões, fraturas e queimaduras. Além disso, permitem mais firmeza no uso dos pedais. Ainda tem a opção de polainas. Elas são uma espécie de capa que protege o calçado de encharcar

em dias de chuva.

As pescoceras e balaclavas aumentam o conforto térmico do piloto, pois protegem do vento frio. A balaclava, que, além do pescoço, também cobre toda a cabeça, ajuda a absorver o suor e aumenta a higiene do capacete.

Quem gosta de viagens longas e passa por locais frios não pode esquecer-se da segunda pele pois ajuda a proteger de ferimentos em casos de queda.

Além da cabeça, outro ponto do corpo bastante sensível em caso de quedas é a coluna vertebral. Para protegê-la, existe o protetor de coluna. É feito de material plástico muito resistente. Porém, o seu formato não compromete a flexibilidade, permitindo virar e se inclinar.

Apesar do capacete ser o único item obrigatório, os demais também são fundamentais para manter uma condução segura e tranquila. O médico traumatologista Luis Wolfvitch trabalha há 30 anos no HGE e alerta, "estava tudo tranquilo durante a quarentena, pois diminuíram carros nas ruas. A partir de julho os acidentes com motoqueiros começaram a aumentar junto com as ocorrências de amputações de dedos dos pés, parte do pé, pé. Começamos a reparar que eles usam sandálias para dirigir. Nossa função é alertar os usuários de que é preciso se proteger. Não é só o uso do capacete. O corpo todo fica vulnerável numa moto. Percebemos isso, muito nesses entregadores de comida por aplicativos. É preciso conscientizar a população da importância da proteção."



## TRAUMAS

O uso de outros equipamentos pode minimizar os impactos em um acidente

## Acidentes levam à morte ou deixam sequelas

O coordenador do serviço de ortopedia do HGE, Arivan de Moraes Rodrigues destaca, "aqui posso dizer que atendemos mais os acidentes por quedas de motos, depois armas de fogo em primeiro lugar chegam os acidentes de moto considerados de alta energia. Além do choque da batida ainda tem o arremesso do motoqueiro e choque ao chão. Os membros mais atingidos são os joelhos. Joelhos flutuantes, fratura de fêmur e tibia, pé e braço. Traumatismo craniano é menor do que do esqueleto axial, pois o capacete impede mais a incidência. Ocorrem fraturas expostas e amputação em geral das

extremidades inferiores. Lesões graves de dedos dos pés e cirurgias múltiplas, ocorrem frequentemente. Isso estica o tempo de permanência hospitalar. São muitas sequelas nos membros inferiores acarretando afastamento temporário ou permanente do trabalho. É um grande impacto econômico social, tanto para o paciente como governo. Precisa ter uma fiscalização mais rígida, o uso da bota diminuiria as lesões, joelheira, protetores também."

O eletricista Renan Rocha adora motos e também considera importante o uso de proteção, "tenho carro e moto, mas é muito prazeroso passear de moto. Uso

todo o tipo de proteção, mas não são itens baratos talvez por isso muita gente não use."

Felipe Costa trabalha em aplicativos com entrega de comidas e reclama, "muitas vezes não usamos pelo valor alto, em geral as empresas não fornecem esses equipamentos e precisamos trabalhar, afinal as leis só exigem o uso do capacete. Corremos muito porque nosso tempo de entrega é curto entre uma entrega e outra."

A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) informa que até agosto deste ano 76 pessoas tiveram membros amputados abaixo do quadril, por acidentes no trânsito.

## Bahia deve ter produção recorde de grãos

BERNARDO REGO  
ESTAGIÁRIO

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos), na Bahia em 2020, tem uma previsão de novo recorde no mês de setembro. É o que aponta um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção deve alcançar a marca de 9.967.395 toneladas neste ano - a maior da série histórica do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). A pesquisa foi divulgada nesta quinta-feira (8).

De acordo com a pesquisa, a estimativa para safra baiana de grãos em 2020 é de novo recorde, 20,3% maior que a de 2019. O milho (2ª safra), o algodão herbáceo (+3,1%) e a soja (+1,5%) apresentaram variações positivas em relação à previsão de agosto. A Bahia ultrapassou São Paulo e deve ter, em 2020, a sétima maior produção de grãos do país, respondendo por 4,0% do total nacional.

A previsão de setembro ficou 2,6% maior que a de agosto, quando a estimativa era de uma safra de 9.712.445 toneladas de grãos em 2020, no estado. A produção de milho 2ª safra na

### SAFRA

A previsão de setembro ficou 2,6% maior que a de agosto



Foto: Divulgação Aiba

Bahia em 2020 (480 mil toneladas) deve ficar 122,8% maior que a de 2019 (339 mil toneladas a mais). O aumento na previsão do milho se deu com o aumento do rendimento médio, já que a área plantada se manteve a mesma entre agosto e setembro (250 mil hectares).

No âmbito nacional, a estimativa de setembro para a safra de grãos 2020 também é de recorde na série histórica do IBGE, chegando a 252,0 milhões de toneladas, 4,4% superior à de 2019 (que foi de 241,5 mi-

lhões de toneladas) e 0,1% maior (mais 296,1 mil toneladas) em relação ao estimado em agosto.

O grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos) engloba os seguintes produtos: arroz, milho, aveia, centeio, cevada, sorgo, trigo, triticale, amendoim, feijão, caroço de algodão, mamona, soja e girassol. Assim como aconteceu no mês de agosto, em setembro a previsão para 2020 é que 11 das 25 safras de produtos investigadas pelo LSPA na Bahia sejam maiores que as

de 2019.

As produções com previsão de maior crescimento no estado, em termos absolutos, são as de cana-de-açúcar (+944.000 toneladas ou +22,4%), soja (+810.600 toneladas ou +15,3%) e milho 1ª safra (+434.600 toneladas ou +31,8%). Em contrapartida, banana (-190 mil toneladas ou -18,3%), feijão 1ª safra (-36,9 mil toneladas ou -21,4%) e tomate (-34,6 mil toneladas ou -12,5%) estão no topo dos produtos com quedas absolutas de produção.

## Indústria baiana avançou 0,9% em agosto

Em agosto de 2020, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, avançou 0,9% frente ao mês imediatamente anterior, após aumentos de 10,7% e 2,2%, respectivamente, em junho e julho de 2020. As informações fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas nesta quinta-feira (08), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

"Esse resultado reflete, principalmente, o movimento de retomada das atividades produtivas no estado, que interromperam seus processos devido à pandemia de Covid-19", destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.



Devido à influência da pandemia do coronavírus, na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou recuo de 6,1%. No acumulado do ano, a indústria registrou queda de 7,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou redução de 5,8%, frente

ao mesmo período anterior.

No confronto de agosto de 2020 com igual mês do ano anterior, seis das 12 atividades pesquisadas, tiveram destaque. O setor de Derivados de petróleo (14,6%) apresentou a principal influência positiva no período, explicada, especialmente, pela maior fabricação de óleos combustíveis e

naftas para petroquímica. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Produtos alimentícios (11,5%), Produtos químicos (3,4%), Bebidas (20,6%), Borracha e material plástico (6,1%) e Minerais não metálicos (7,5%).

No acumulado do período de janeiro a agosto de 2020, comparado com o mesmo período do ano anterior, o destaque também ficou com o segmento de Derivados de petróleo que registrou aumento de 25,0%.

"Importante ressaltar, também, o resultado positivo assinalado por Celulose, papel e produtos de papel (7,6%). No acumulado dos últimos 12 meses, destacaram-se positivamente Derivados de petróleo (21,7%), Celulose, papel e produtos de papel (2,4%) e Bebidas (3,7%), destacou o diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI, Armando de Castro".

## Rui celebra Dia do Nordeste com investimentos em Ipirá

Nesta quinta-feira (8), quando se comemora o Dia do Nordeste, o governador Rui Costa destacou a determinação do povo da região. "O Dia do Nordeste deveria ser considerado o dia de quem vence desafios, supera dificuldades. Aqui na Bahia, dois terços do território está no semiárido, região de seca. Para quem vive no semiárido, a vida é superar desafios", afirmou Rui em visita ao município de Ipirá, onde inaugurou o Sistema de Esgotamento Sanitário do município.

Rui ressaltou que o Governo do Estado vem investindo para melhorar a qualidade de vida da população da região do semiárido, não só com obras, como implantação de esgotamento sanitário, mas levando serviços de alta complexidade de saúde, entre outras ações. O Dia do Nordeste é comemorado em 8 de outubro, desde 2009. A data escolhida é o aniversário do poeta, cantor e compositor cearense Patativa do Assaré, nascido em 1902 e falecido em 2002.

### OBRAS EM IPIRÁ

Na ocasião, o governador Rui Costa cumpriu agenda no município de Ipirá, na região norte do estado, nesta quinta-feira (8),

quando inaugurou o novo sistema de esgotamento sanitário da cidade, acompanhado do Secretário da Infraestrutura Hídrica do Estado (Sihs), Leonardo Góes. Foram investidos R\$ 40 milhões na obra que amplia a cobertura do tratamento de esgoto para 70% e beneficia mais de 28 mil moradores.

"Hoje fazemos um investimento de R\$40 milhões, onde nós vamos garantir num futuro próximo, 100% do esgotamento sanitário da cidade de Ipirá. Esta estação tem capacidade para fazer o suporte máximo de ligações de redes de esgoto, o que representa melhoria na saúde e qualidade de vida da população", afirmou o governador Rui Costa.

Além do impacto direto na vida dos cidadãos ipiraenses, a obra também cumpre uma função ambiental importante. O sistema irá ajudar na despoluição do riacho do Sossego, que faz parte da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu.

O novo sistema conta com uma rede coletora com mais de 55 mil metros, duas estações elevatórias, quatro lagoas para tratamento dos resíduos, e já possui mais de sete mil ligações conectadas.

Foto: Manu Dias



### AGENDA

Governador anunciou investimento de R\$ 40 mi

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 08 de Outubro de 2020 - 22:40

## ***Economia Governo já renegociou R\$ 30 bilhões em dívidas este ano***



Até agosto, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já renegociou quase R\$ 30 bilhões em dívidas de empresas, nos termos da Lei do Contribuinte Legal (Lei 13.988/2020), que entrou em vigor em novembro do ano passado, a partir da regulamentação da Medida Provisória (MP) 899/2020.

A informação é do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, ao participar nesta quinta-feira (8) de uma live, promovida pelo Ministério da Economia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobre as oportunidades de regularização de dívidas e os projetos de retomada fiscal e econômica do país, segundo a Agência Brasil.

A lei regulamenta a transação tributária, prevista no Artigo 171 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), para beneficiar diferentes perfis de devedores, como optantes pelo Simples Nacional e titulares de operações de créditos rurais e fundiários, além das pessoas físicas e jurídicas em geral. O mecanismo, segundo Soriano, é uma alternativa fiscalmente mais justa à prática de parcelamentos especiais, os chamados Refis, que acabam desestimulando o pagamento de obrigações tributárias em dia.

"A gente vem fazendo propaganda da lei porque ela efetivamente é inovadora, porque traz condições muito mais favoráveis ao contribuinte do que as condições normais de negociação de uma dívida. Ela facilitou a necessidade de diálogo do setor público com setor privado", disse Soriano. "Temos o dever de cobrar e dar aplicação à lei de tributos e impostos porque servem para estruturar a sociedade, mas essa cobrança não pode levar ao sufocamento dessa mesma sociedade", completou.

De acordo com ele, desde que foi iniciada a possibilidade da transação tributária, a PGFN fez quase 80 mil acordos, envolvendo cerca de 300 mil débitos inscritos em dívida ativa da União, levando à negociação de quase R\$ 30 bilhões. As condições de

renegociação, como descontos e parcelamentos, variam conforme o volume de dívidas, em diferentes modalidades de transação, para contribuintes e empresas de todos os portes.

Atualmente o órgão oferece seis modalidades diferentes de acordos de transação. Para conhecê-las e fazer simulações, basta acessar o portal Regularize, da PGNF.

Em junho deste ano, por exemplo, a PGFN criou a modalidade Transação Excepcional, para atender empresas afetadas pela pandemia da covid-19. Nesse caso, para dívidas até R\$ 150 milhões, a transação amplia o prazo de pagamento das prestações, com entrada de 4% da dívida, que pode ser parcelada em até 12 vezes.

A transação tributária, no âmbito da PGFN, pode ser feita para débitos já inscritos em dívida ativa ou em fase de execução judicial. Já as renegociações relacionadas ao contencioso administrativo, antes de estar na dívida ativa, são de competência da Receita Federal.

Nesse caso, são dívidas de empresas que já estão em discussão nas delegacias de julgamento da Receita ou no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Toda negociação é feita de forma eletrônica, por meio do centro virtual de atendimento da Receita, o e-CAC. "O empresário que estiver nessa situação tem a possibilidade de entrar em contato com o contador e fazer as simulações necessárias e que se adequem à capacidade financeira da empresa", disse o subsecretário de Arrecadação da Receita Federal, Frederico Faber.

Os descontos são progressivos, de acordo com as condições de pagamento, em parcelamentos de 12 a 60 meses. A entrada também é facilitada e pode ser dividida de cinco a oito vezes.

Faber explicou que a renegociação atende micro e pequenas empresas, exceto Simples Nacional. Para atender aqueles que estão no Simples, houve a necessidade de um projeto complementar, que foi sancionado em agosto. Agora, a regulamentação está sendo discutida No Comitê Gestor do Simples Nacional.

Ainda assim, segundo Faber, várias atividades de empresas enquadradas no Simples são feitas por fora, como o pagamento de obrigações previdenciárias. Nesse caso, pode ser feita a renegociação do contencioso de pequeno valor.

Veículo: Estadão	
Data: .09.10.2020	Caderno: Economia



## Reforma tributária pode aumentar em até 60% os gastos com tributos do setor médico

Júlia Lázaro\*

08 de outubro de 2020 | 06h30

O projeto de Reforma Tributária (3887/2020) enviado pelo Ministério da Economia ao Congresso Nacional poderá atingir diretamente profissionais e empresas da área médica. Há uma possibilidade de aumento de até 60% nos gastos com tributos para o setor.

Por isso, o momento exige estado de alerta e cautela, já que grande parte dos CNPJs na área médica está enquadrada no regime tributário do Lucro Presumido, que sofrerá grande impacto.

Atualmente, consultórios médicos e outras empresas da área recolhem cinco tributos: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), como tributos federais; e, ainda, o Imposto Sobre Serviços (ISS), como tributo municipal.

Sendo assim, a média de carga tributária para negócios na área médica está em 13,33%. Isso varia um pouco, conforme a cidade em que a empresa está, uma vez que a alíquota do ISS muda de município para município. Com o projeto de reforma apresentado, a carga pode aumentar para aproximadamente 20%. Isso porque o projeto do governo discute a substituição do PIS e da Cofins pela Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS). Ocorre que, atualmente, somados PIS e Cofins, a alíquota é de 3,65%, já a alíquota da CBS será de 12%.

Já há mobilizações para mitigar os efeitos da reforma em curso, inclusive da classe médica e suas entidades. Contudo, o que sugiro aos empresários da área é aguardar pela tramitação e aprovação do projeto, antes de tomar qualquer decisão. Afinal, trata-se, ainda, de um “processo embrionário” da reforma tributária.

Há muitos interesses em jogo – das partes arrecadoras (União, Estados e Municípios) e das partes pagadoras (classes profissionais, empresariais e cidadãos em geral). O momento hoje é ideal para discutirmos as informações apresentadas, sem tirarmos conclusões.

Relembro, ainda, que, além do projeto de lei enviado pelo governo, há pelo menos outras duas propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. São as propostas de emenda constitucional 45/2019 e 110/2019, que estabelecem mudanças mais profundas no sistema tributário brasileiro.

É possível que o momento em que vivemos uma crise em consequência de uma pandemia não seja o mais apropriado para a discussão de uma reforma tributária. Mas ela é sim necessária, porque o sistema tributário brasileiro é complexo, a carga tributária é pesada. No atual

sistema não se sabe quanto exatamente se paga de impostos. Tributa-se muito o consumo, se comparado com a tributação da propriedade, por exemplo.

**\*Júlia Lázaro, sócia da Mitfokus Soluções Financeiras**





# Fim do auxílio pode levar um terço dos brasileiros à pobreza

Em cenário otimista, 16 mi passarão a viver com menos de R\$ 522,50 ao mês

Fernando Canzian

SÃO PAULO Em um cenário considerado otimista, o Brasil ampliará em cerca de 16 milhões o total de pessoas consideradas pobres quando o auxílio emergencial pago aos mais vulneráveis terminar no final de 2020.

Equivalente à metade da população da Venezuela, esse contingente de "novos pobres" ampliará para quase um terço os brasileiros que passarão a viver com menos de R\$ 522,50 ao mês, em média. O valor representa menos de meio salário mínimo, e cerca de US\$ 340 dia.

O pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus a mais de 65 milhões de brasileiros reduziu de forma inédita e abrupta a pobreza no país, trazendo-a ao seu menor patamar.

O fim do benefício terá o efeito contrário — e rápido. A interrupção dos pagamentos aumentará o total de pobres de 23,6% (50,1 milhões de pessoas) para cerca de 31% (66,2 milhões).

Nessa hipótese mais otimista, considerada muito improvável, o Brasil voltaria, em termos de pobreza, ao mesmo patamar de antes da pandemia, de acordo com projeções da FGV Social a partir dos microdados da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e da Pnad Covid, do IBGE.

O cenário não parece factível por dois motivos principais: durante a pandemia, foram os empregos mais precários, sobretudo no setor de serviços, os que mais sofreram por causa do isolamento social, e a renda dos mais pobres já havia sido a mais afetada.

No segundo trimestre deste ano, que pegou totalmente os efeitos do isolamento social e da paralisação econômica, a renda média dos brasileiros caiu 20%. Mas a dos 50% mais pobres despencou 28%.

Quando o auxílio emergencial começou a ser implementado, em abril deste ano, milhões de brasileiros tiveram um súbito aumento de renda, o que fez cair rapidamente a taxa de pobreza.

"Enquanto o país vivia numa espécie de inferno trabalhista, abriu-se um céu em termos de melhora na renda", afirma Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Esse paradoxo vem sendo desmontado desde que o valor do auxílio emergencial foi reduzido de R\$ 600 ao mês para R\$ 300; e chegará ao fim em dezembro, quando o benefício foi interrompido.

Mesmo que o governo Jair Bolsonaro supere as imensas dificuldades que têm se apresentado para criar um programa de ajuda aos mais pobres a partir de 2021, seu substituto deverá ser muito mais modesto que o auxílio emergencial.

Nos cálculos da FGV Social,

os valores desembolsados nos nove meses em que o auxílio terá existido — nas versões de R\$ 600 e R\$ 300 — serão equivalentes a nove anos de orçamento do Bolsa Família.

"Em qualquer hipótese, os valores de um novo programa de ajuda serão irrisórios

em comparação ao auxílio emergencial", diz Neri.

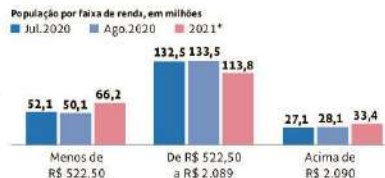
Assim como ocorreu com sua redução, o aumento da pobreza deve afetar mais as regiões Nordeste e Norte, justamente onde a popularidade do presidente Bolsonaro cresceu com o pagamento do

auxílio emergencial.

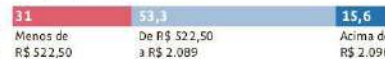
Para que a pobreza não aumente tanto, a economia e o emprego teriam de passar por uma recuperação muito forte, com impactos positivos sobre a renda, algo fora da maioria das previsões.

Continua na pág. A18

Sem auxílio emergencial, pobreza dispara em 2021



Em 2021, % da população



\*Projeção. Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PnadC anual e Pnad Covid/IBGE

## A gente tem uma ótima notícia pra quem tá precisando de um fôlego extra

O novo Programa Emergencial de Acesso ao Crédito do Governo Federal\* já chegou na Safrapay. Fique por dentro:



Empréstimos de até **50 mil**

Juros de **0,49%** ao mês

**36 meses** para pagar

Primeira parcela só depois de **6 meses**

\*Disponível para pessoa jurídica.

“

Enquanto o país vivia numa espécie de inferno trabalhista, abriu-se um céu em termos de melhora na renda

Marcelo Neri

diretor da FGV Social, ao explicar o paradoxo enfrentado pelo país durante a crise gerada pela pandemia



0300 788 7550

Horário de atendimento: 2ª - 6ª (das 8 às 19 horas).

Peça a sua agora mesmo em

**Safrapay**.com.br

\*Oferta válida para Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte conforme lei 14.042 de 19/8/2020. Consulte condições completas em [www.safrapay.com.br](http://www.safrapay.com.br). \*Sujeito a análise e política do Banco Safra.

# Falta de clareza traz risco à nota do Brasil, afirma S&P

Agência diz que mudar teto pode afetar visão sobre responsabilidade fiscal

Fábio Pupo

BRASÍLIA A falta de clareza do governo Jair Bolsonaro sobre as medidas econômicas a partir de 2021 entrou no radar das agências de rating e é vista como um risco para a nota do Brasil.

A classificação do país está três degraus abaixo do nível de bom pagador e é inferior à de pares emergentes como México, Colômbia e Peru. "A falta de visibilidade a partir do ano que vem poderia nos levar a rever a trajetória fiscal e começar a assumir uma [situação de] dívida mais alta, com riscos maiores sobre a nota", diz a Folha Lívia Honsel, analista principal para o Brasil da S&P Global Ratings (ex Standard & Poor's). Apesar de ter mais seis meses para nova avaliação do país, a agência pode fazer uma revisão caso os analistas entendam que precisam calibrar melhor as expectativas de investidores.

O alerta é dado enquanto o governo emite sinais trocados sobre a política econômica.

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirma que o estado de calamidade pública vai até o fim do ano, mas internamente membros da pasta reconhecem que um mecanismo para flexibilizar regras fiscais pode ser usado em 2021.

Além disso, o programa social Renda Cidadã foi anunciado no mês passado usando recursos que quitariam dívidas já reconhecidas pela Justiça (os precatórios).

A falta de pagamento dessas obrigações foi criticada por analistas por não representar corte de despesas e gerar um acúmulo de passivos nas contas do Tesouro. A ideia, segundo Guedes, foi abortada.

Apesar de a agência reconhecer que os debates sobre o futuro pós-Covid podem ser complexos, a indefinição é mais um risco a jogar contra o Brasil, ao lado de fatores como a dívida já alta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), a previsão de baixo crescimento no médio prazo e o atraso na agenda de reformas. "Esperamos para ver como avança o debate. Sabemos que o tempo é curto e, com as eleições municipais em novembro, vão ser meses tensos", afirma Honsel.

O impacto de eventual saída de Guedes, como tem sido especulado no mercado, depende de menos dele e mais do sinal de compromisso do governo com as contas públicas.

"Nós não avaliamos nomes ou personalidades, mas os re-

sultados. Tudo depende da continuidade", afirma.

"É um ministro que defende austeridade. Se ele fosse embora, a reação do mercado seria negativa, mas do ponto de vista do rating a avaliação seria como vai continuar o compromisso como consolidação fiscal sob outro ministro", diz.

A possibilidade de alteração do teto de gastos — que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior — é monitorada de perto pela agência.

Por um lado, Honsel pondera que a alteração da regra pode ser amenizada caso seja acompanhada de outros compromissos do governo.

"Uma alteração do teto talvez não seja o sinal mais posi-

tivo, mas [a avaliação] depende de fatores como o tamanho da alteração, se as medidas serão compensadas por outras, se serão acompanhadas de certo compromisso no avanço das reformas estruturais", afirma. "Tudo é relativo", diz.

Por outro lado, a agência entende que uma mudança do teto no atual cenário pode acabar piorando o consenso político sobre a importância da responsabilidade fiscal e causar incerteza no mercado. Para a S&P, isso geraria potenciais efeitos negativos nas expectativas de recuperação econômica, estabilidade financeira e inflação.

Uma escalada nos gastos pode levar a novos rebaixamentos, já que a agência considera

em seu cenário base que haveria uma retomada do ajuste fiscal a partir do ano que vem.

Por isso, um compromisso político concreto com a responsabilidade fiscal é considerado essencial pela agência. "Se o déficit continuar mais alto que nosso cenário base, e isso fizer a dívida aumentar a níveis inesperados, poderia haver um cenário diferente, mais negativo e que poderia nos levar a um downgrade do rating", diz Honsel.

Na avaliação de abril, a S&P reafirmou seu rating de longo prazo BB- para o Brasil e rebaixou a perspectiva de positiva para estável.

A alteração refletiu as menores chances de uma elevação na nota por causa do impacto da pandemia, com condições econômicas mais desafiadoras e menos propícias para um avanço relevante na agenda de reformas.

A agência não entende haver uma data limite para a aprovação das reformas e incorpora em seu cenário base uma demora no andamento das medidas, em razão da complexidade das discussões. Até mesmo porque, ainda que elas sejam aprovadas em 2021, a agência não espera um impacto no curto prazo.

Mesmo assim, um avanço mais lento que o esperado sinalizaria que ajustes fiscais vão demorar mais, o que prejudicaria as avaliações. "A questão das reformas é chave para a trajetória do rating no médio prazo. Sem elas, vai ser difícil esse rating melhorar", afirma.

Reformas microeconômicas e regulatórias têm maior probabilidade de avançar, por outro lado, como ocorreu recentemente com a nova lei de saneamento (que amplia a participação do setor privado no setor).

Os ratings do Brasil são prejudicados hoje principalmente pelo desequilíbrio fiscal e pelo baixo crescimento econômico.

"Depois de uma recuperação de 3,5% no ano que vem, por enquanto não vemos crescimento mais forte nos próximos anos, o que significa que essa avaliação econômica continuaria pesando negativamente no rating", diz.

Por outro lado, as reservas internacionais, a baixa dívida externa, a política monetária considerada proativa, a taxa de câmbio flutuante, a composição favorável da dívida e um ativo mercado de renda fixa e barram uma piora maior na percepção de risco.

## Depreciação do real em relação aos fundamentos da economia é recorde no regime de câmbio livre

Desalinhamento, em %



\*Valores positivos significam câmbio depreciado em relação a fundamentos externos e internos. Modelo "BEER".  
Fonte: Lívio Ribeiro, pesquisador do IUPERJ/FGV

## Desequilíbrio do real em relação à economia é recorde no país

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO A moeda brasileira entrou em trajetória de desalinhamento em relação aos fundamentos econômicos de longo prazo do país que supera o que ocorreu durante a crise eleitoral de 2002 e apresenta um recorde desde a adoção do atual regime de câmbio livre, em 1999.

De acordo com cálculos do pesquisador do FGV IUPERJ (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) Lívio Ribeiro, esse descalçamento representa uma depreciação de quase 40%. Ou seja, para um câmbio médio em torno de R\$ 5,40, o valor sugerido pelos fundamentos estaria próximo de R\$ 3,90. Em 2002, esse desalinhamento foi de cerca de 30%.

"Os modelos sugerem claramente que a gente está em um momento de 'overshooting' cambial, ou seja, a moeda depreciou mais do que seria sugerido pelos fundamentos de longo prazo", afirmou Ribeiro ao apresentar os dados durante reunião de conjuntura com cerca de 30 pesquisadores da instituição.

"É um momento comparável a 2002 e 2003, que foi o último evento de grande depreciação da moeda, ligado à percepção de risco eleitoral na eleição de Lula".

Segundo ele, na época, o risco político acabava se refletindo na questão fiscal, com uma possível mudança no tripé macroeconômico. Desta vez, os fatores de incerteza também estão relacionados ao futuro da política fiscal e das contas públicas.

A relação entre a taxa de câmbio brasileira e os fundamentos econômicos foi calculada utilizando o modelo BEER (taxa de câmbio de equilíbrio comportamental, na sigla em inglês). O modelo utiliza indicadores ligados aos fundamentos de comércio internacional (termos de troca, diferencial de produtividade e comercializáveis versus não comercializáveis), que têm se mostrado determinantes para explicar as variações do câmbio no longo prazo.

Um cálculo considerando a média de oito modelos com essas e outras variáveis (como juros, dívida, risco país e passivo externo) mostra resultados muito próximos para 2020 e também para 2022.

Segundo o pesquisador, é possível que essa diferença demore a cair. No governo Lula, a moeda só encontrou patamar de equilíbrio com os fundamentos em 2005. As projeções do IUPERJ são de uma taxa de câmbio de R\$ 5,35 em 2022 e R\$ 5,55 em 2021. No cenário mais otimista traçado pelo economista, o dólar voltaria para R\$ 5,30 no próximo ano. No pessimista, iria a R\$ 5,80.

Também foram feitos cálculos que comparam o real com outras moedas e buscam identificar os fatores desse desalinhamento.

A moeda brasileira apresenta desde abril um comportamento descolado dos principais países emergentes, que por sua vez têm uma performance pior que os países desenvolvidos, que possuem mais espaço e ferramentas para enfrentar a crise gerada pela pandemia. "Você está começando a abrir uma diferenciação grande entre o mundo desenvolvido e o mundo emergente. O mundo desenvolvido tem mais margem de manobra, consegue lidar melhor com a crise, tem mais espaço fiscal e, mesmo que não tenha espaço fiscal, tem moeda forte, se financia em moeda doméstica. Para nós, a nossa moeda descola ainda mais. Isso nos sugere que tem alguma coisa específica acontecendo com o Brasil", afirma Ribeiro.

Do decompor os fatores da depreciação em externos, domésticos e diferencial de juros, a conclusão é que este último teve alguma importância, mas não de modo a superar a tendência gerada pelos outros dois, em especial, as questões internas. Segundo Ribeiro, desde o final de abril, são pouquíssimos os momentos em que fatores domésticos ajudaram no fortalecimento da moeda. Em geral, puxaram a depreciação, muitas vezes se contrapondo ao cenário externo, que em alguns momentos atuava no sentido de valores a moeda nacional.

"Essa incapacidade do Brasil de absorver uma melhora no mundo ou, colocando de outra forma, a nossa capacidade de nos atrairarmos tem acontecido há bastante tempo", afirmou.

"Qualquer corte que você queira usar na avaliação dos fatores domésticos e externos, consistentemente, com pouquíssimas exceções, os fatores domésticos operam na direção de depreciar a moeda".



A analista da S&P Lívia Honsel. Divulgação

## Incerteza fiscal ameaça nota do Brasil

Ratings de países emergentes

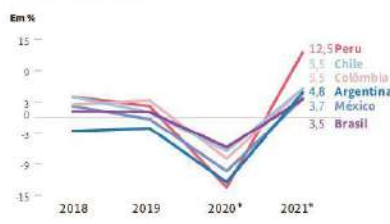
Grau de investimento

País	Nota
Chile	A+
México	BBB
Índia	BBB-
Colômbia	BBB-
Rússia	BBB-

Grau especulativo

País	Nota
Brasil	BB-
África do Sul	BB-
Turquia	B+
Argentina	CCC+

Variação do PIB anual



\*Projeção. Fonte: S&P Global Ratings

## Venda de debêntures da Vale pode render R\$ 4 bi à União

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O BNDES espera concluir até o início de 2021 a venda de debêntures da mineradora Vale adquiridas durante o processo de privatização da companhia, em 1997.

A expectativa é que os papéis rendam cerca de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, dos quais R\$ 4 bilhões irão para a União, dona de dois terços dos 214,3 milhões de títulos envolvidos na oferta. Nesta quarta (7), os papéis valiam R\$ 29,90 no mercado secundário.

A venda é parte da estratégia do BNDES para reduzir a carteira de seu braço de investimentos, o BNDESPar, que somava ao fim do primeiro semestre R\$ 77,7 bilhões apenas em participações em companhias negociadas em Bolsa.

Em 2020, o banco já se desfez de R\$ 8,1 bilhões em ações da própria Vale e de R\$ 22 bilhões em Petrobras, na melhor oferta pública brasileira desde a capitalização da petroleira, em 2016.

Nesta semana, concluiu a venda de R\$ 6,9 bilhões em ações da empresa de papel e celulose Suzano.

Essas debêntures foram lançadas durante o processo de desestatização para garantir aos acionistas pré-privatização parte do lucro da produção de minas que ainda não operavam quando o governo decidiu abrir mão do controle da mineradora.

Os papéis são perpétuos, ou seja, não têm vencimento. Ao todo, foram emitidos 388,5 milhões de debêntures participativas. Nicolau Pamplona e Júlia Moura

## Ações de bancos disparam, e Bolsa sobe 2,5%; dólar cai

SÃO PAULO Nesta quinta (8), a Bolsa brasileira fechou em alta de 2,5%, a 97.919 pontos, maior patamar desde 18 de setembro. O índice foi impulsionado pela forte alta de bancos e da Petrobras, que acompanhou a alta do petróleo.

As ações dos bancos subiram após relatório do UBS RB afirmar que o resultado do setor deve ir acima das expectativas no terceiro trimestre. O banco suíço também vê uma forte redução no custo da cobertura de calotes.

A avaliação e a recuperação da Bolsa levaram o Santander a subir 8%, a R\$ 302,8. Itaú teve alta de 6%, a R\$ 38,62.

As ações ordinárias (com direito a voto) do Bradesco subiram 5,7%, a R\$ 19,30. As preferenciais (mais negociadas), 5%, a R\$ 20,65. O Banco do Brasil subiu 4,8%, a R\$ 31,25.

A Petrobras, por sua vez, teve alta de 3,4% nas ordinárias, a R\$ 20,59 e, de 3,3% nas preferenciais, a R\$ 22,44.

O barril de petróleo Brent subiu 3,4% ao fim do pregão, a US\$ 43,43, pelo temor de investidores de que um furacão no golfo do México prejudique a produção de óleo na região, diminuindo a oferta.

Em Nova York, o índice S&P 500 subiu 0,8%, Dow Jones, 0,4% e Nasdaq 0,5%. Analistas apontam que a vantagem do candidato democrata à Presidência dos EUA, Joe Biden, em relação a Donald Trump pressionou os ganhos do pregão.

A Bolsa brasileira também repercutiu a queda nos pedidos de seguro-desemprego no país em setembro e a alta recorde das vendas no varejo.

O dólar caiu 0,6%, a R\$ 5,5890. Com Reuters

“

A gente está claramente em um momento de 'overshooting' cambial, ou seja, a moeda depreciou mais do que seria sugerido pelos fundamentos de longo prazo. É um momento comparável a 2002 e 2003, último evento de grande depreciação

Lívio Ribeiro pesquisador do FGV IUPERJ

Veículo: O Globo	Online
Data: 08/10/2020	Coluna: Economia



## Reforma administrativa: frente parlamentar defende incluir atuais servidores, juízes e promotores

Propostas foram lançadas ao lado de Maia e Guedes

Manoel Ventura e Isabella Macêdo

08/10/2020 - 19:23 / Atualizado em 08/10/2020 - 20:55



O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), falam após reunião da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa Foto: Jorge William / Jorge William

BRASÍLIA — A Frente Parlamentar da Reforma Administrativa lançou nesta quinta-feira uma série de propostas para incluir no projeto enviado [pelo governo ao Congresso](#) em setembro. Os deputados e senadores que fazem parte do grupo defendem a inclusão dos atuais servidores na proposta, já que o texto do governo trata apenas dos futuros servidores.

Os parlamentares também querem incluir os chamados “membros” de poder, como juízes, promotores e procuradores do Ministério Público na proposta. O governo argumenta que não tem competência legal para mudar regras para esses servidores e que isso caberia ao Congresso.

As propostas da frente foram apresentadas nesta quinta-feira, com a presença do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— A nossa reforma não vem para perseguir, atacar, condenar. Pelo contrário. O nosso desafio é que todos tenham as mesmas oportunidades em relação à qualidade do serviço público — disse Maia.

O presidente da Câmara voltou a defender a regulamentação dos chamados “gatilhos” do teto de gastos, para cortar despesas públicas:

— Não é na receita que a gente vai resolver a renda mínima e o equilíbrio fiscal. É na despesa. O nosso problema é que as nossas despesas crescem mais que a inflação. Nós estamos indo para o precipício todos juntos, se não tivermos coragem de enfrentarmos esse problema.

Após reatar as relações com Maia, Guedes disse a agenda dos dois é a mesma:

— Esse Congresso reformista tem nos apoiado. Muita gratidão ao apoio das reformas ao presidente da Câmara. Nossa agenda é convergente, tem sido inclusive comum.

A reforma administrativa muda a forma contratação de servidores, restringe a estabilidade para as chamadas “carreiras Estado” (que ainda serão definidas), tenta alterar as regras de análise de desempenho, além de extinguir o que o governo considera “privilégios” do funcionalismo, como progressões automáticas de carreira.

A frente ainda propõe a vedação de concessão de licença remunerada para servidores públicos que se candidatem; impedir a concessão de novas aposentadorias vitalícias com salários integrais; defende a necessidade de realização de processo seletivo simplificado ou de pré-qualificados para a maior parte dos cargos de confiança, que não exigem concurso.

Também defende a retirada da proposta do governo a possibilidade de o chefe do Poder Executivo extinguir, transformar ou fundir órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional sem análise do Congresso.

Os parlamentares da frente ainda defendem a criação de um órgão central de gestão de pessoas autônomo, para a padronização de diretrizes referentes aos salários, avaliação de desempenho, critérios de progressão e promoção e prática de seleção para cargos comissionados.

— Nós resolvemos criar a frente parlamentar pela iminente necessidade de discutirmos essa reforma tão importante para o país. A melhoria do serviço público do país depende da modernização da gestão pública. Nós temos convicção de que o momento de transformá-la finalmente chegou — disse o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da frente parlamentar.

Veículo: O Globo	Online
Data: 09/10/2020	Coluna: Míriam Leitão



COLUNA

## Brecha para fugir do teto de gastos

Por **Alvaro Gribel**  
09/10/2020 • 04:30

***Com Alvaro Gribel (interino)***

O ministro Paulo Guedes cedeu mais uma vez à pressão por aumento de gastos. Ontem à noite, admitiu que a PEC do Pacto Federativo vai incorporar uma emenda que permite acionar o chamado orçamento de guerra. Na prática, se o Congresso prorrogar o estado de calamidade no ano que vem, em função da pandemia, o governo poderá contornar o teto de gastos para pagar o auxílio emergencial. O texto ainda não foi apresentado, e os detalhes serão cruciais para se saber a reação do mercado, mas economistas ouvidos pela coluna disseram de antemão que é um erro colocar em uma legislação permanente um mecanismo que foi usado para um caso absolutamente emergencial. Outro ponto levantado seria a forma de acionar esse orçamento, se via conselho fiscal, com a decisão restrita a poucas pessoas, ou via Congresso, ainda que seja como um fast track, em votação conjunta pelas duas Casas.

É preciso encontrar uma solução para manter o socorro aos mais vulneráveis a partir de janeiro, mas ampliar gasto sem fonte de receita provocará aumento do endividamento do governo, e é isso que tem pressionado as taxas de juros e estressado os indicadores financeiros do país. O governo deveria cortar despesas, mas prefere o caminho mais fácil de tentar contornar o teto.

### **Recorde em meio à crise**

O comércio nunca vendeu tanto quanto em agosto de 2020. Superou até agosto de 2014, até então o maior nível da série medida pelo IBGE. Há várias explicações para o fenômeno, e a principal delas é o anabolizante injetado no consumo pelo auxílio

emergencial. Um volume nunca visto e que chegou a 20 vezes o valor do Bolsa Família. Dinheiro para baixa renda ou informais que foram impedidos de trabalhar. Além disso, o comércio parece ter “roubado” receita de outros setores, como os serviços que permanecem fechados. De todo modo, o objetivo do programa era esse mesmo, manter a economia aquecida do jeito que desse.

Os números de agosto vieram pouco acima do esperado. No varejo restrito, que exclui veículos e materiais de construção, houve alta de 3,4% em relação a julho, com projeções em torno de 3%. No conceito ampliado, crescimento de 4,6%, contra estimativas de 4,1%. O Iedi apontou que os três segmentos que mais cresceram na comparação com fevereiro, antes do início da pandemia, são os que têm relação com mudanças de hábito no isolamento social: móveis e eletrodomésticos, 24% acima do nível pré-crise, materiais de construção, 19,2%, e artigos de uso pessoal e doméstico, 12,3%. O varejo também se adaptou ao às vendas eletrônicas.

“As famílias podem ter substituído parte de seus gastos com serviços — como viagens, serviços pessoais e de lazer, restaurantes — por consumo de bens comercializados pelo varejo”, explicou o Instituto.

Em economia, tudo que é artificial tende a gerar problemas à frente. Por isso, os economistas temem que as famílias estejam usando o auxílio emergencial — que é temporário — para fazer compras a prazo, o que deve aumentar o endividamento, com risco sobre a inadimplência. Especialmente as vendas de móveis e eletrodomésticos preocupam. O BC, lembra o economista Sérgio Vale, da MB Associados, registrou crescimento nas compras com cartão de crédito e boletos bancários por famílias de menor renda. Um problema para o pós-pandemia.

### **‘Não me interrompa’**

No debate entre a senadora Kamala Harris e o vice-presidente americano, Mike Pence, os momentos de maior sucesso foram quando ela impedia a interrupção e dizia: vice-presidente, I am speaking. O movimento feminista americano tem uma grande luta contra a interrupção da fala da mulher pelo homem, o chamado maninterrupting.



## **Amazônia e Pantanal**

Para quem não entende a relação entre o desmatamento da Amazônia e as queimadas do Pantanal, a resposta está nos chamados “rios voadores”, explica a cientista Neiva Guedes, presidente do Instituto Arara Azul. O vapor d’água na Amazônia vira chuva em outras regiões do país e quando isso acontece em menor intensidade, como este ano, há aumento das queimadas. “A área desmatada (na Amazônia), o tempo seco e as altas temperaturas formaram um conjunto de elementos que impediu a formação de chuvas. Conseqüentemente, o nível dos rios não se elevou e o Pantanal não foi inundado, criando uma paisagem com matéria orgânica altamente combustível”, explicou.

## País abre mais empresas, com MEI concentrando a alta

Juntos, microempresa e microempreendedor individual responderam por mais de 99% das novas pessoas jurídicas

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

Em setembro, o número de empresas em operação no Brasil aumentou 252.840 na comparação com o saldo registrado no fim de agosto, segundo dados divulgados pelo Ministério da Economia. Ao fim do mês, eram 19.542.664 empresas ativas, contra 19.289.824 de agosto.

“É indicativo de retomada”, disse ao **Valor** o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade. “Indica que teremos um 2021 bom.”

O crescimento se concentrou nos microempresários individuais (MEIs), com 254.307 novos registros. Somados às microempresas, respondem por 99,65% do total de empresas abertas no mês. Os números mostram que 88.175 empresas foram extintas no período.

De acordo com dados do Ministério da Economia, as atividades que se destacaram na abertura foram: cabeleireiros, manicure e pedicure, comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, comércio varejista de bebidas e restaurantes e similares.

A facilidade na abertura é uma possível explicação para o grande número de novos MEIs, disse o diretor do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), André Ramos. Ele acredita que o dado reflete a formalização de trabalhadores de baixa renda.

O tempo médio para se abrir uma empresa ficou em dois dias e 21 horas em setembro, o mesmo observado em agosto. A meta é reduzir para um dia até o final de 2022. De acordo com o Ministério da Economia, 32,8% dos novos negócios criados em setembro foram abertos em menos de um dia.

Mesmo sem alteração, a avaliação é que o processo de redução de tempo está avançando. Em 21 meses, o corte foi de quase metade. Em janeiro do ano passado, a média era de 5 dias e 19 horas.

O governo tem uma expectativa “legítima” de melhorar sua posição no ranking Doing Business, do Banco Mundial, disse Ramos. A publicação é divulgada em outubro. A de 2020 será a primeira a captar os efeitos das medidas após a Lei da Liberdade Econômica.

O Brasil ocupa a 139ª posição do ranking, entre 190 países, no quesito “abertura de empresas”. Melhorar a classificação na avaliação global é meta do governo.

“Queremos facilitar o ambiente de negócios”, afirmou Paes de Andrade. O empresário brasileiro é prejudicado por uma burocracia que foi sendo construída ao longo do tempo e que agora está sendo atacada, comentou.

O país deverá ganhar algumas posições no resultado do Doing Business a ser divulgado em 2021. O governo pretende colocar em funcionamento, até janeiro do ano que vem, balcões únicos para a abertura de empresas nas cidades do Rio de

# Centrão pressiona Bolsonaro a desmembrar Economia

Assunto é discutido no governo, mas presidente afirma que ideia é 'fake news'

Por **Fabio Murakawa, Lu Aiko Otta, Murillo Camarotto e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

---



Lideranças do Centrão aumentaram nos últimos dias a pressão pelo desmembramento do Ministério da Economia, com o respaldo de setores da Esplanada antagônicos ao ministro Paulo Guedes. O plano é recriar as pastas da Previdência, Trabalho e o antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), esvaziando o superministério arquitetado na transição, em 2018.

A ideia de dividir o ministério ganhou força em meio a uma onda de “ataques especulativos” contra Guedes. Ela tem sido discutida no contexto de uma “distribuição de carga política” do governo e de uma tentativa de acomodar interesses às vésperas da disputa pela Presidência da Câmara.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro usou o Twitter para classificar como “fake news” e “mais uma mentira” a possibilidade de separação das pastas. Mais tarde, em sua live semanal nas redes sociais, reforçou a negativa.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Não existe da nossa parte neste momento nenhum interesse em recriar nenhum ministério”, disse Bolsonaro o presidente. “É para tentar tumultuar, para tentar desgastar o Paulo Guedes. É Fake News”, afirmou.

Guedes, por sua vez, chamou os rumores de “conversa fiada” e disse que “não existe nada disso”. O ministro foi socorrido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com quem tem um histórico de desavenças, mas com quem se reconciliou recentemente.

“Não tem ministro da Economia fraco, muito menos o ministro Paulo Guedes”, disse Maia. “Tenho certeza que ministro tem todo o apoio do governo.”

O **Valor** apurou, no entanto, que essa discussão ocorre, sim, inclusive dentro do governo.

Guedes, relatam fontes na Economia e no Palácio do Planalto, não se opõe ao desmembramento de seu ministério, mas somente aceita a hipótese de perder as áreas de Previdência e Trabalho. Ele quer manter o controle sobre a área hoje comandada pelo secretário de Emprego, Competitividade e Produtividade, Carlos Da Costa.

Um primeiro movimento, segundo os debates que correm na ala política do governo, seria apartar a área de Previdência e Trabalho. Isso não é visto como dramático ou um sinal de enfraquecimento de Guedes, desde que a formulação de uma política de emprego continue sob seu comando.

O ministro tem falado em várias palestras sobre a “rampa de ascensão social”, que passa pela Carteira Verde-Amarela e a desoneração da folha. É uma agenda totalmente atropelada pela formulação do Renda Cidadã, mas que ganhará importância quando os efeitos do auxílio emergencial passarem e a nova realidade do mercado de trabalho se revelar.

Carlos Da Costa, porém, está prestes a ir para o BID Invest, braço de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para alguns setores da Esplanada dos Ministérios, a mudança, avalizada pelo próprio Guedes, abre uma brecha para a recriação do MDIC. “Carlos Da Costa é o MDIC. Faz todo o sentido recriar o ministério agora”, diz uma fonte do governo.

A informação sobre o desmembramento do ministério parte sobretudo de parlamentares do Centrão, de olho em cargos na Esplanada. Há também diferentes grupos de pressão, encabeçados pelos ministros que seriam “gastadores” - Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura).

Segundo relatos, Rodrigo Maia também faz parte do grupo, apesar da declaração de ontem.

Há também uma avaliação de caráter técnico em defesa do desmembramento: a de que houve um “erro de concepção” na criação do Ministério da Economia. Por esse raciocínio, misturaram-se ministérios meio (Fazenda e Planejamento) com áreas fim (MDIC, Previdência e Trabalho).

Setores avaliam que, com isso, a política de desenvolvimento de indústria sofre reveses dentro do próprio ministério.

O **Valor** apurou que o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) foi sondado para assumir o MDIC, da qual já foi titular durante o governo Temer, mas disse que não tinha interesse. **(Colaboraram Matheus Schuch e Edna Simão)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul  
R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana cresce cabelo nas entradas de calvície  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.  
CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!  
KIT BRANDS

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário



Por **Márcio Garcia**

PhD por Stanford e professor titular do Departamento de Econ... [ver mais](#)

## O Sótão de Gastos

O mais provável é que se acabe encontrando uma solução em que o teto não seja furado de direito, mas o seja de fato

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O cenário macroeconômico depende basicamente da resolução que se dará à atual disjuntiva fiscal: será ou não mantido o teto de gastos para 2021.

O teto foi instituído, em 2016, para impedir que a despesa pública continuasse a se expandir a taxas superiores à do crescimento do PIB, como vem ocorrendo há décadas. Se essa expansão permanecesse no mesmo ritmo, a dívida pública, medida em proporção do PIB, permaneceria em crescimento explosivo. O que, mais cedo ou mais tarde, poderia levar a um calote da dívida pública com graves consequências para a economia do país.

**O mais provável é que se acabe encontrando uma solução em que o teto não seja furado de direito, mas de fato**

Como nossa dívida pública é majoritariamente denominada em moeda nacional, é bem provável que o calote se desse de forma implícita, com a volta da inflação alta. Ou seja, o teto é hoje instrumento fundamental para preservar a estabilidade macroeconômica duramente conquistada com o Plano Real, em 1994, após inúmeras tentativas fracassadas desde o Plano Cruzado, em 1986.



Sem dúvida alguma, o teto de gastos tem defeitos. Mas há também muitas fake news sobre ele. Por exemplo, não é verdade que o teto limite gastos para educação, saúde, assistência social ou qualquer outra área meritória. Limita tão somente a expansão do gasto agregado, que é exatamente o que qualquer outra regra fiscal teria que fazer para evitar a explosão da dívida pública. Ou seja, o teto requer que o Congresso Nacional, ao fazer o orçamento, aloque mais ou menos fundos de acordo com suas prioridades. Dado o absurdo engessamento das despesas públicas, com mais de 90% do orçamento sendo alocado de forma automática, a Emenda Constitucional cria formas de abrir espaço para atender as prioridades, evitando a explosão da dívida.

Portanto, o teto, para cumprir seu papel, tem que criar tensões entre as diversas prioridades, muitas delas, mas não todas, muito louváveis. O que vivemos neste momento é exatamente a exacerbação dessas tensões.

O Executivo vê como essencial a criação de um programa de transferência de renda que suceda o auxílio emergencial. Ainda que motivações eleitoreiras possam estar por trás de tal movimento, há concordância entre os especialistas de que um programa mais amplo e mais generoso do que o Bolsa Família se faz necessário. Em especial, é preciso que tal programa ganhe a dimensão de um seguro de renda para aqueles pobres que normalmente conseguem se virar sem a ajuda do governo, mas que podem se ver sem sustento em situações especiais, como ocorreu na pandemia.

O Programa de Responsabilidade Social, proposto por pesquisadores associados ao CDPP é uma excelente contribuição para melhorar nossos programas sociais sem estourar o teto de gastos ([cdpp.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Artigo-Illustr%C3%ADssima-Programa-de-Responsabilidade-Social.pdf](https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Artigo-Illustr%C3%ADssima-Programa-de-Responsabilidade-Social.pdf)).

Outra inverdade é que o teto impediria o combate à pandemia. Como se viu, há previsões legais para momentos excepcionais, como o atual. O Brasil é, dentre os mercados emergentes, dos países que mais gastaram, em termos relativos, no combate à pandemia. O que não pode, como lembrou recentemente o ministro da Economia, é continuar gastando “para ganhar eleição”. Esta é a principal função do teto de gastos.

O prognóstico fiscal da economia brasileira não é alvissareiro. Bolsonaro parece absolutamente determinado a ter um programa de redistribuição de renda, a partir de 2021, ao mesmo tempo que bloqueia as iniciativas para cortes de outros gastos no orçamento que poderiam viabilizar o novo programa sem romper o teto de gastos. A menos que se construa um consenso rapidamente, o mais provável é que se acabe encontrando uma solução em que o teto não seja furado de direito, mas o seja de fato. A ideia de usar recursos do Fundeb e dos precatórios - que causou queda da bolsa, alta do dólar e aumento dos juros longos - mostra que alguma solução “criativa” poderá acabar sendo adotada.

A reação do mercado ajudou a conter a solução criativa da semana passada. Mas será suficiente para conter a(s) próxima(s)? Infelizmente, é alta a probabilidade que não seja. Afinal, as condições de liquidez internacionais continuam cada vez mais frouxas. Há juros extremamente baixos ou mesmo negativos nos países avançados, de onde provém o capital. O Fed, por exemplo, com sua nova sistemática de política monetária (Fait, Flexible Average Inflation Targeting), promete manter juros muito baixos por longo período, mesmo que a inflação por lá volte a ficar acima de 2%. Juros baixos empurram com força capitais para ativos que paguem taxas mais altas. É bem provável que se acabe achando uma solução “criativa”, que preserve a aparência de controle fiscal, mas que mantenha a dívida em trajetória explosiva. Poderia funcionar por algum tempo (até outubro de 2022?), às custas de dano inevitável para os investimentos produtivos, para a geração de empregos e para o crescimento da economia brasileira.

Ou seja, tenta-se descobrir um “sótão de gastos” para permitir acomodar novos gastos, sem furar ostensivamente o teto. Em livros e filmes de terror, sótãos são, em geral, lugares lúgubres onde se descobrem surpresas terríveis ou são cometidos atos tenebrosos. Tomara que não estejamos prestes a rever esse tipo de filme na economia brasileira

**Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci Partners, escreve mensalmente neste espaço ([sites.google.com/view/mgpgarcia](https://sites.google.com/view/mgpgarcia)).**

## PEC Emergencial deve ter tratamento prioritário, defende Rodrigo Maia

Presidente da Câmara disse que pretende deixar a reforma administrativa “muito bem encaminhada”

Por Marcelo Ribeiro, Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu ontem que a PEC Emergencial seja tratada como prioridade número 1 pelo Poder Legislativo, antes mesmo da reforma tributária, considerada até então como o principal texto de sua agenda de despedida do comando da Casa, prevista para fevereiro. “Se eu tivesse que escolher só uma das reformas para avançar neste ano, escolheria a PEC Emergencial”, afirmou.

A declaração foi dada durante evento de lançamento da agenda legislativa da Frente Ampla da Reforma Administrativa, que contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, com quem o deputado do DEM se reconciliou no início da semana. “Acho que o Congresso precisa ter como pauta número 1 a PEC Emergencial. É a mais difícil, vai gerar desgaste, mas vai gerar solução a partir de 2021”, frisou Maia, referindo-se à proposta de emenda constitucional que acionará gatilhos para conter despesas. “Hoje, a PEC Emergencial é mais importante que a tributária, que é número dois”, completou.

Ele destacou que pretende deixar a reforma administrativa “muito bem encaminhada, para que a gente possa ter a partir do segundo semestre 2021 e 2022 um olhar moderno para o Estado brasileiro”. O presidente Jair Bolsonaro encaminhou a proposta ao Parlamento no início de setembro, depois de adiar o envio devido ao receio de uma eventual reação contrária à iniciativa.



Ads by Teads

Além de defender a urgência da proposta, Maia acredita que a reforma administrativa deve ser ampla, englobando os três Poderes. Em sua avaliação, isso só será possível se houver articulação com os presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a cúpula da Procuradoria-Geral da República (PGR), com o Congresso e com o Executivo. “Não acho que será um bom debate, se não trouxermos todos eles para debater uma reforma que também modernize o Judiciário e os demais Poderes”, disse Maia. “Não acredito que vamos resolver nada atropelando os outros Poderes”, completou.

Uma das principais propostas apresentadas pela Frente Parlamentar da Reforma Administrativa é a inclusão dos atuais servidores públicos à reforma. Segundo Maia, no entanto, é preciso respeitar os direitos adquiridos para que a reforma não seja inviabilizada. Isso porque uma eventual judicialização atrasaria todo o processo. “Devemos gastar nossas energia olhando para o passado ou mudando o futuro?”, ponderou.

Segundo ele, outros temas podem ser tratados, como é o caso da regulamentação do teto de remuneração. Para o presidente da Câmara, o Estado não tem condições de pagar pela atual estrutura de carreiras e é preciso alterar a forma de ascensão. Ele destacou ainda a elevada disparidade entre os salários pagos pelo setor público e privado que precisa ser corrigida.

Apesar do calendário apertado, Maia demonstrou otimismo sobre a possibilidade de a reforma tributária ser aprovada ainda neste ano. Em sua avaliação, porém, o avanço do texto ainda depende de acordo com o governo e lideranças partidárias.

“Tivemos encontros e desencontros. E acho que está muito mais próximo de um acordo. Sem acordo, ela não sairá.”

Menos de 72 horas após se reconciliar com Guedes, o parlamentar do DEM trocou uma série de afagos com o chefe da equipe econômica. Maia parabenizou o ministro, que, em sua avaliação, tem se esforçado para enfrentar uma agenda com temas difíceis.

“Nossa agenda é convergente, comum. Trabalhamos juntos”, comentou o ministro. Guedes disse ainda que o Orçamento de guerra foi um aprendizado e deve ser incluído no texto do pacto federativo. “Agradeço o apoio às reformas, estamos juntos. Desde o primeiro dia do governo, ele tem levantado essa bandeira das reformas”, destacou citando Maia e acrescentando que o governo seguirá na linha de transformação do Estado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Lembra-se de Kandi de 'Two and a Half Men' É assim que ela se parece agora  
REST WOW

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana cresce cabelo nas entradas de calvície  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul  
R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Erva seca gordura vira febre em Salvador  
DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

Só hoje: Ray-Ban com 50% de desconto em todo site! Corra!



Por Lu Aiko Otta

Lu Aiko Otta é repórter em Brasília

## Privatizações e o impasse fiscal

Por tudo o que o país passou, a responsabilidade fiscal não deveria ser objeto de dúvida

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

As privatizações despontam como a bola da vez nas discussões da política econômica. Se o presidente Jair Bolsonaro não quer ouvir falar em reformulação dos gastos públicos e se a reforma tributária mergulhou de novo em seu eterno labirinto, falemos em vender empresas do governo.

Junto com os imóveis da União, as estatais formam um patrimônio de R\$ 2 trilhões, segundo aponta levantamento conduzido pelo ex-secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar.

### | Lobbies bloqueiam 3D há 30 anos, com ou sem eleição

A criação de um fundo com recursos das vendas de parte desses ativos está em discussão no Ministério da Economia. Segundo se ventilou, poderia ser utilizado para bancar investimentos e para programas sociais.

Mas, como o problema do Renda Cidadã e dos investimentos é falta de espaço sob o teto de gastos, e não exatamente mais dinheiro, é mais provável que esse fundo seja usado para outras coisas.

Por exemplo, abater a dívida. O endividamento elevado e sem o lastro de uma política fiscal crível é a causa da instabilidade dos mercados, afirmou esta semana o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Tem puxado para cima os juros e o dólar.

Outro possível uso, em discussão inicial no Ministério da Economia, seria destinar o fundo para destravar concessões em saneamento, disse uma fonte. Poderia dar aval a prefeituras nos casos em que a opção seja uma Parceria Público-Privada (PPP), e não uma concessão clássica. As experiências passadas em PPP na área de saneamento não são boas, exatamente por causa da inadimplência das prefeituras.

Trata-se de uma alternativa pouco viável, na avaliação do professor de modelos regulatórios da Fundação Getulio Vargas Maurício Portugal Filho, sócio do escritório Portugal Ribeiro Advogados. Não por ser ilegal, mas porque a entrada da União num projeto municipal é difícil, dado o grau de ingerência que o governo federal precisaria ter e a incompatibilidade disso com os planos dos prefeitos.

O fundo poderá ser usado também para dar uma espécie de poupança aos trabalhadores da Carteira Verde Amarela, ainda a ser criada. Para cada real obtido com trabalho, eles ganhariam um crédito do governo, para usar em momento de necessidade. Dar dinheiro como uma espécie de prêmio pelo trabalho sairia mais barato do que dar um benefício assistencial, costuma dizer o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Diferentemente do que parece, há meios para se avançar com as privatizações. Em março passado, sem alarde, o governo transformou em regulamento uma espécie de “plano B” para o “fast track” das privatizações idealizado pelo ex-secretário Salim Mattar.

É um mecanismo que permite a inscrição em massa de empresas estatais no Programa Nacional de Desestatização (PND), a partir do qual já contariam com autorização legal para serem privatizadas.

O Decreto 10.263 diz que, a cada quatro anos, será feita uma análise da sustentabilidade econômico-financeira de todas as empresas estatais com controle direto da União, “além de verificar se permanecem as razões de imperativo à

segurança nacional ou de relevante interesse público que justificaram sua criação”. No caso das estatais dependentes do Tesouro, a avaliação será bianual.

Verificado que não há razão para manter a estatal, essa pode ser incluída no PND. Há um entendimento pelo qual as empresas que estão no programa já têm autorização legal para serem privatizadas.

As avaliações serão feitas em junho de 2021.

As exceções são: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste. No caso dos Correios, há uma dúvida sobre o que é a universalização de serviços postais prevista na Constituição. Um projeto de lei, ainda em elaboração, tentará esclarecer esse ponto.

O decreto é útil para vencer resistências dentro do próprio governo às privatizações, explica a economista Elena Landau, ex-diretora de Privatizações do BNDES. Não é raro ver os ministros lutando para manter suas empresas.

No entanto, ela é cética em relação ao andamento do programa. “A questão principal é que o Bolsonaro não quer privatizar nada”, afirmou.

Não por acaso, Mattar deixou o governo cinco meses após a publicação do decreto, dizendo que o establishment, “a política”, não tem interesse em privatizar.

Vender ou não empresas do governo é uma discussão que apenas tangencia o problema principal: o impasse a que chegou a política fiscal, por obra do presidente.

Bolsonaro colocou um freio no 3D (desvinculação, desindexação, desobrigação), ao reafirmar que não tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos. Ao mesmo tempo, tem dado espaço para que o Ministério da Economia seja pressionado para dar mais recursos aos investimentos. E, num contexto de aproximação com o Centrão, tem deixado correr conversas sobre o desmonte da superpasta de Guedes.

É difícil acreditar que, passadas as eleições municipais, o 3D avançará. Os pobres são o grupo menos poderoso que precisará ser contrariado no projeto. Corporações



profissionais e empresariais têm bloqueado esse debate há pelo menos 30 anos e não há sinais que mudarão de postura. Enfrentá-los no Congresso Nacional sempre foi projeto do ministro da Economia. Mas, como se vê, não do presidente.

Por tudo o que o país passou, a responsabilidade fiscal não deveria ser objeto de dúvida. A esta altura, já deveria ser um item resolvido e fora da agenda, para que as energias fossem direcionadas à reconstrução do tecido econômico no pós-pandemia.

Aproxima-se o dia em que o auxílio emergencial vai acabar, as empresas vão retomar a plena carga e as mudanças na estrutura produtiva vão mostrar sua verdadeira face. Há uma onda de desemprego à frente que, sem solução, dificilmente poupará os planos eleitorais de quem não decidiu quando tinha de decidir.

**Lu Aiko Otta é repórter em Brasília. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Claudia Safatle**  
**E-mail: lu.aiko@valor.com.br**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A01 - Azul  
R\$ 764,10 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana cresce cabelo nas entradas de calvície  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!  
KIT BRANDS

## Quase metade dos empregos no país é de baixa qualidade, indica estudo

45,5% dos postos de trabalho no Brasil tem salários baixos, instabilidade ou jornada excessiva, o correspondente a 40,8 milhões de ocupações

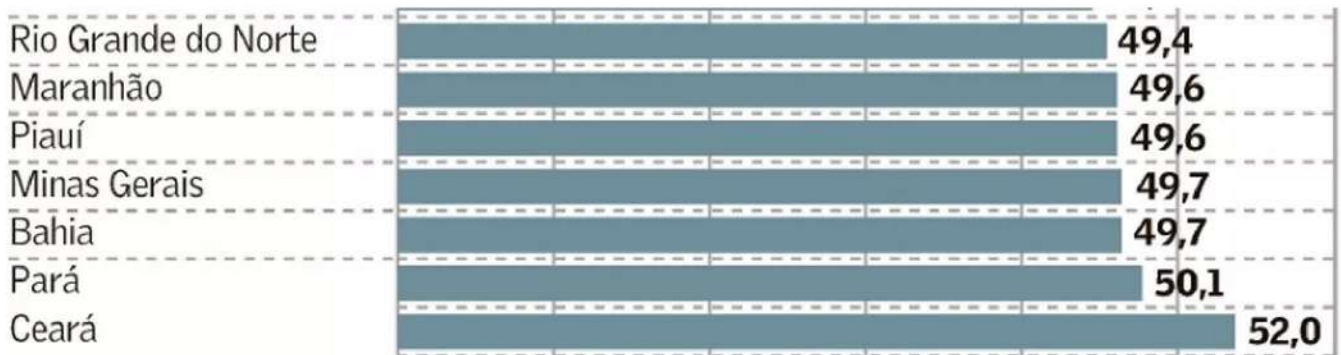
Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

### Qualidade do emprego

Proporção de trabalhadores em empregos de baixa qualidade - em %





**45,5%** das ocupações são de baixa qualidade na média nacional

**77,7%** das ocupações remuneraram insuficientemente para a aquisição de seis cestas básicas

Fonte: IDados

Quase a metade dos empregos existentes no país são de qualidade ruim, com salários baixos, instabilidade ou jornada excessiva, o correspondente a 40,8 milhões de ocupações (45,5% do total), mostra estudo da consultoria IDados, obtido pelo **Valor**.

O economista Bruno Ottoni, pesquisador do IDados, diz que o estudo avalia a qualidade do emprego para além dos salários, com base em literatura internacional surgida nos últimos anos. A ideia é sintetizar múltiplos fatores em um indicador.

“Existe um problema estrutural que limita a oferta de boas vagas no Brasil: a baixa produtividade de trabalhadores, reflexo do pouco investimento em educação. Isso dificultaria que setores mais dinâmicos cresçam e gerem muitos empregos no país”, afirma ele.

PUBLICIDADE



A proporção de empregos de qualidade é pior do que a registrada, por exemplo, na média de 34 países europeus acompanhados pelo Eurofound, agência da União Europeia. Essa agência calculou que 20,2% das ocupações da região têm qualidade ruim.

Outro estudo com metodologia semelhante, aplicado para a América Central, mostra que o Brasil está em níveis parecidos ao de países como Honduras (41,6%) e Nicarágua (43,3%) e bem pior do que Costa Rica (18,8%) e Panamá (29%), por exemplo.

Para chegar aos números sobre o Brasil, a consultoria baseou-se em indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do IBGE, de 2017. A ideia era olhar o mercado de trabalho sem as recentes distorções gerada pela pandemia.

O principal fator para a má qualidade do emprego no Brasil está no salário. O estudo mostra que 77,7% das ocupações remuneram insuficientemente para adquirir seis cestas básicas, critério de corte adotado. Cada cesta custa pouco mais de R\$ 500.

Logo após os salários, a falta de estabilidade pesa para a baixa qualidade das ocupações no país. Cerca 40% dos trabalhadores estavam no emprego havia menos de 36 meses, o que evidenciaria uma rotatividade excessiva da força de trabalho.

Outro fator para a baixa qualidade do emprego é a seguridade. Do total de ocupados, 35,7% não contribuem para a Previdência Social, tornando-se desprotegidos de direitos trabalhistas, como os auxílios (doença, acidente e aposentadoria).

Por fim, pesa negativamente a jornada de trabalho superior a 48 horas semanais, emprego sem carteira assinada ou trabalhador por conta própria sem ensino superior. Os aspectos são reunidos em pontos e levam ao número final.

Otoni lembra que a qualidade dos empregos contribui de forma significativa para o bem-estar. Nos EUA, antes da pandemia, a taxa de desemprego estava nas mínimas em 50 anos, abaixo de 4%. Mesmo assim, a insatisfação dos americanos era grande.

“A baixa qualidade do emprego nos Estados Unidos foi um dos fatores por trás da eleição de Donald Trump para a presidência do país”, diz o economista. “Por isso, o indicador da qualidade do emprego agrega para a análise do mercado de trabalho.”

Uma abertura mais detalhada dos resultados mostra que Brasília (36,1%), Santa Catarina (41%) e Rio de Janeiro (41,3%) têm, proporcionalmente, menos empregos de qualidade ruim, o que seria explicado pela ampla presença de empregos públicos.

Como avalia a qualidade dos empregos existentes, o estudo não considera estatísticas de desemprego. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, embora bem colocado no ranking da qualidade do emprego, tinha a quarta pior taxa de desemprego do país, de 15,1%.

“É uma situação inversa ao exemplo dos EUA. O indicador de qualidade do emprego deve ser visto, assim, de forma complementar a outros dados do mercado de trabalho, como a taxa de desemprego fluminense”, acrescenta Otoni.

O Estado de São Paulo tinha 43% dos trabalhadores em ocupações de qualidade ruim, nono da lista. Em termos absolutos, São Paulo tinha o maior número de trabalhadores em empregos piores (9,3 milhões) e melhores (21,6 milhões), de acordo com a pesquisa.

Os piores indicadores estão no Ceará e no Pará, Estados nos quais mais da metade dos trabalhadores ocupados está em posições ruins, com 52% e 50,1%, respectivamente. São Estados, em geral, com elevada taxa de informalidade na economia.

Durante a pandemia, o mais provável é que o indicador de qualidade do emprego tenha melhorado de forma artificial no país, já que as ocupações informais foram as mais afetadas. Distorções assim também aparecem em outros indicadores do mercado de trabalho, como a renda e a produtividade do trabalho.

Na avaliação de Ottoni, uma saída para melhorar os indicadores seria incentivar a geração de empregos formais. Ele afirma que as empresas formais e mais produtivas são muito taxadas, o que dificulta o crescimento delas e a geração de vagas de melhor qualidade no país.

“O crescimento econômico também permitiria gerar mais empregos, com qualidade. Ajudaria se as reformas fossem adiante, mas as pautas não avançaram porque o governo não entra na discussão séria, não pega pontos difíceis e negocia”, afirma o pesquisador do IDados.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana cresce cabelo nas entradas de calvície

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Bradesco faz reestruturação no atacado, e chefe de banco de investimento deixa instituição

# Senador diz que reforma tributária fica para 2021

Presidente da Comissão Mista, Roberto Rocha (PSDB) pede extensão dos trabalhos até 10 de dezembro

Por Vandson Lima, Renan Truffi e Raphael Di Cunto — De Brasília

09/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



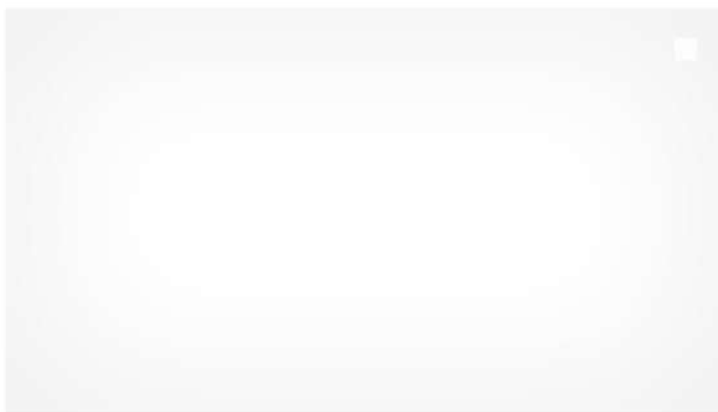
Roberto Rocha: “eu gostaria que aprovasse, mas sejamos sensatos, salvo por um amplo acordo, fica muito difícil” — Foto: Jorge William/Agência O Globo

A reforma tributária não deve ser votada nem na Câmara dos Deputados nem no Senado neste ano. Presidente da Comissão Mista dedicada ao tema, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) afirmou ao **Valor** que pedirá a extensão dos trabalhos do colegiado até 10 de dezembro, para tentar chegar até lá, ao menos, com uma proposta que possa ser aprovada pela comissão.

O Congresso funcionará este ano até o dia 22 de dezembro - portanto, apenas mais 12 dias após o fim dos trabalhos da comissão da reforma tributária. "Vou pedir extensão do funcionamento da comissão. O Congresso fará um recesso branco de duas semanas [entre ontem, dia 8, e o dia 18 deste mês] e depois todo mundo estará dedicado às eleições municipais", justifica Rocha. "Ainda buscamos um texto de consenso e não é possível votar a reforma na comissão sem quórum. Na melhor das hipóteses, temos que esperar acabar a eleição", cujo segundo turno ocorrerá em 29 de novembro, diz.

Questionado se isso encerra qualquer chance de votação na Câmara e Senado este ano, Rocha é veemente em dizer que sua missão é entregar uma proposta "possível" na comissão mista. "Temos que encerrar na comissão, essa é a finalidade. Passada esta fase, precisará ainda ser aprovada pelas comissões na Câmara, cumprir todos os prazos regimentais. Por aí, você imagina", diz Rocha.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

"Tem que fazer todo o trâmite na Câmara e no Senado. Só o número de sessões, pela regra, já inviabiliza votar na Câmara esse ano. Eu gostaria que aprovasse, mas sejamos sensatos: salvo por um amplo acordo, o que é difícil pela complexidade da proposta, fica muito difícil".



Após a comissão mista, a PEC da reforma tributária terá de tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e por uma comissão especial que analisará o mérito, podendo alterar a proposta original. A comissão tem o prazo de 40 sessões do plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas 10 primeiras sessões. Por fim, precisa ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara e então segue para o Senado, cumprindo rito semelhante.

Rocha diz que ele e o relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), têm ideias convergentes para a proposta, mas que há dificuldades na negociação com governo, com setores da economia e com governadores e prefeitos afetados. “Não há uma dupla de Câmara e Senado mais afinada que eu e Aguinaldo”, garante.

Segundo ele, no entanto, “cada setor afetado defende seu lado, há as questões do governo também. Eu estou aberto a qualquer debate, inclusive de tributo sobre movimentação financeira”, afirma, em relação à medida que o governo quer emplacar e que tem sido chamada de “nova CPMF”.

“Não é uma nova CPMF. É uma possibilidade de substituição tributária, retirando outros tributos, podendo desonerar a folha de pagamentos, por exemplo. Eu defendo que seja transitório e não possa tributar nas duas pontas. Mas muitos não querer nem debater”, diz.

Em 2021, novas dificuldades se colocarão no caminho da reforma tributária. Em fevereiro, quando retornam os trabalhos do Legislativo, haverá eleição da presidência da Câmara e do Senado, bem como a escolha dos novos integrantes de todas as comissões. Todo esse processo demora e novos acordos terão de ser feitos com os eleitos.

O atual prazo da comissão previa a entrega do relatório por volta de 30 de setembro e a votação até 12 de outubro. Auxiliares do relator já diziam que a entrega do parecer provavelmente seria na segunda quinzena de outubro, para ajustes finais, mas o deputado Aguinaldo Ribeiro não tem falado mais em data.

A última audiência pública, realizada com os formuladores técnicos de cada um dos projetos em debate, já mostrou que persistem desentendimentos importantes, mesmo após meses de discussão. Representantes dos prefeitos, governadores e

governo federal criticaram as propostas um dos outros e divergiram em pontos centrais da reforma.

Os prefeitos das grandes cidades defendem a reformulação dos impostos separadamente, sem juntar tributos federais, estaduais e municipais. O governo federal concorda e propôs apenas a extinção do PIS e Cofins e criação da CBS no lugar. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que une PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Já o Senado trabalha com a PEC 110, que junta esses cinco tributos, além de IOF, salário-família, Pasep e Cide. Os Estados concordam com essas duas PECs, mas querem um fundo de desenvolvimento regional de R\$ 400 bilhões como contrapartida.

Maia, que bloqueava a discussão sobre o novo tributo, têm sinalizado a aliados que aceita que seja votado à parte, como emenda à PEC 45, para tentar viabilizar a votação da reforma até o fim do ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana cresce cabelo nas entradas de calvície  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Violeta  
R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Erva seca gordura vira febre em Salvador  
DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

Só hoje: Ray-Ban com 50% de desconto em todo site! Corra!  
WWW.OCULOSNOW.COM

### LINK PATROCINADO